



**Banco Original**

**Demonstrações Financeiras Consolidadas  
Preparadas de Acordo com as Normas  
Contábeis Internacionais - IFRS**

**Banco Original S.A.**

**31 de Dezembro de 2014**

ÍNDICE	Pág.
<b>Relatório dos Auditores Independentes</b>	<b>1</b>
<b>Demonstrações Financeiras</b>	
Balances Patrimoniais	3
Demonstrações dos Resultados	4
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	7
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b>	
Nota 1 . Contexto Operacional	8
Nota 2 . Base de Preparação	8
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa	15
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15
Nota 6 . Instrumentos Financeiros	16
Nota 7 . Empréstimos e Recebíveis e Perdas por Redução ao Valor Recuperável	19
Nota 8 . Ativos Fiscais e Passivos Fiscais Diferidos	22
Nota 9 . Outros Ativos Financeiros	24
Nota 10 . Ativo Imobilizado	24
Nota 11 . Ativo Intangível	25
Nota 12 . Outros Ativos	25
Nota 13 . Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	25
Nota 14 . Outros Passivos Financeiros	27
Nota 15 . Provisões	27
Nota 16 . Obrigações Fiscais	28
Nota 17 . Outros Passivos	28
Nota 18 . Patrimônio Líquido	29
Nota 19 . Limites Operacionais	29
Nota 20 . Partes Relacionadas	30
Nota 21 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	31
Nota 22 . Outras Despesas	31
Nota 23 . Despesas Gerais e Administrativas	31
Nota 24 . Despesas Tributárias	32
Nota 25 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	32
Nota 26 . Estrutura de Gerenciamento de Riscos	32
Nota 27 . Resultado por Ação	40
Nota 28 . Reconciliação	41
Nota 29 . Reestruturação Societária	42
<b>Relatório do Comitê de Auditoria</b>	<b>43</b>

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas do  
Banco Original S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Original S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Original S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *Internacional Accounting Standard Board* (IASB).

São Paulo, 27 de março de 2015.

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto  
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
<b>Ativo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos	4	29.328	21.260
<b>Ativos Financeiros ao Custo Amortizado</b>		<b>247.108</b>	<b>654.795</b>
Investimentos mantidos até o vencimento	5	247.108	654.795
<b>Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>	<b>6</b>	<b>107.429</b>	<b>718.477</b>
Ativos financeiros mantidos para negociação		107.429	718.477
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>6</b>	<b>1.216.204</b>	<b>102.030</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda		1.216.204	102.030
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>	<b>7</b>	<b>2.284.260</b>	<b>725.623</b>
Empréstimos e Recebíveis		2.320.941	766.751
Perda por Redução ao Valor Recuperável		(36.681)	(41.128)
Outros Ativos Financeiros	9	108.055	9.405
Imobilizado de uso	10	43.181	7.292
Ativos intangíveis e ágio	11	147.448	20.080
<b>Ativos Fiscais</b>		<b>161.631</b>	<b>167.546</b>
Impostos a compensar		18.246	8.058
Impostos diferidos	8.a	143.385	159.488
Outros Ativos	12	80.421	143.316
<b>Total do Ativo</b>		<b>4.425.065</b>	<b>2.569.824</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>		<b>18.285</b>	<b>4.229</b>
Passivos financeiros para negociação	6.a.1.1.2	18.285	4.229
<b>Passivos Financeiros ao Custo Amortizado</b>		<b>2.136.364</b>	<b>419.373</b>
Recursos de clientes	13.a	558.887	282.962
Recursos de instituições financeiras	13.b	111.764	78.829
Recursos de emissão de títulos	13.c	837.787	57.582
Outros Passivos Financeiros	14	627.926	25.549
<b>Outras provisões</b>	<b>15</b>	<b>49.468</b>	<b>46.138</b>
<b>Obrigações Fiscais</b>	<b>16</b>	<b>32.981</b>	<b>11.324</b>
Impostos correntes		32.981	11.324
Outros Passivos	17	210.383	116.353
<b>Total do Passivo</b>		<b>2.447.481</b>	<b>622.966</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital Social	18.a	2.103.451	2.080.301
Outros Resultados Abrangente	18.b	(8.193)	33.809
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(117.684)	(167.252)
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores</b>		<b>1.977.574</b>	<b>1.946.858</b>
Participação de acionistas não controladores		10	-
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.977.584</b>	<b>1.946.858</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>4.425.065</b>	<b>2.569.824</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
<b>Produto Bancário</b>		<b>318.876</b>	<b>240.005</b>
Receita de juros e similares	7.f	294.910	83.414
Despesa de juros e similares	13.d	(143.035)	(39.847)
Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	6.b	106.007	140.687
Receita de serviços e comissões	21	19.382	2.828
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	7.d	14.641	58.299
Outras Receitas e Despesas	22	26.971	(5.376)
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	7.d	(9.475)	(28.393)
<b>Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos</b>		<b>309.401</b>	<b>211.612</b>
<b>Outras Despesas</b>		<b>(185.561)</b>	<b>(176.502)</b>
Despesas de pessoal	23.a	(114.095)	(105.849)
Outras despesas administrativas	23.b	(55.278)	(58.772)
Despesas Tributárias	24	(16.188)	(11.881)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>123.840</b>	<b>35.110</b>
Imposto de renda e contribuição social	25	(35.264)	(7.443)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>88.576</b>	<b>27.667</b>
<b>Atribuível aos acionistas:</b>			
Controladores		88.568	26.694
Não controladores		8	973
<b>Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R\$ por ação)</b>			
Lucro por ação ordinária		85.458	26.694
Lucro por ação preferencial		3.118	973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<b>Nota</b>	<b>01/01 a 31/12/2014</b>	<b>01/01 a 31/12/2013</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>88.576</b>	<b>27.667</b>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6	(14.911)	(1.224)
Variação de Valor Justo		(20.875)	(2.140)
Efeito dos impostos		5.964	916
Outros Resultados Abrangentes		6.718	35.033
Outros Resultados Abrangentes		9.405	49.046
Efeito dos impostos		(2.687)	(14.013)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>80.383</b>	<b>61.476</b>
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		<b>80.383</b>	<b>61.476</b>
<b>Atribuível aos acionistas</b>			
Controladores		<b>80.376</b>	<b>61.476</b>
Não controladores		<b>7</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Outros Resultados Abrangentes			Lucros/(Prejuízos)A cumulados	Total Patrimônio Líquido Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio líquido
		Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ajuste a Valor Justo de Ativos Financeiros				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>1.997.408</b>	-	<b>9.059</b>	<b>(168.919)</b>	<b>1.837.548</b>	-	<b>1.837.548</b>
<b>Total de Resultados Abrangentes do Período</b>		-	<b>(1.224)</b>	<b>25.974</b>	-	<b>24.750</b>	-	<b>24.750</b>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	(1.224)	-	-	(1.224)	-	(1.224)
Outros Resultados Abrangentes	18.b	-	-	25.974	-	25.974	-	25.974
Aumento de Capital Social com Juros sobre o Capital Próprio	18.a	12.100	-	-	-	12.100	-	12.100
Aumento de Capital Social	18.a	70.793	-	-	-	70.793	-	70.793
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	27.667	27.667	-	27.667
Destinações:								
Juros sobre capital próprio e dividendos	18.c	-	-	-	(26.000)	(26.000)	-	(26.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>2.080.301</b>	<b>(1.224)</b>	<b>35.033</b>	<b>(167.252)</b>	<b>1.946.858</b>	-	<b>1.946.858</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>2.080.301</b>	<b>(1.224)</b>	<b>35.033</b>	<b>(167.252)</b>	<b>1.946.858</b>	-	<b>1.946.858</b>
<b>Total de Resultados Abrangentes do Período</b>		-	<b>(13.687)</b>	<b>(28.315)</b>	-	<b>(42.002)</b>	-	<b>(42.002)</b>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	(13.687)	-	-	(13.687)	(1)	(13.688)
Outros Resultados Abrangentes	18.b	-	-	(28.315)	-	(28.315)	-	(28.315)
Aumento de Capital Social com Juros sobre o Capital Próprio	18.a	23.150	-	-	-	23.150	3	23.153
Lucro Líquido do Exercício controladores		-	-	-	88.568	88.568	-	88.568
Lucro Líquido do Exercício não controladores		-	-	-	8	-	8	8
Destinações:								
Juros sobre capital próprio e dividendos	18.c	-	-	-	(39.000)	(39.000)	-	(39.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>2.103.451</b>	<b>(14.911)</b>	<b>6.718</b>	<b>(117.676)</b>	<b>1.977.574</b>	<b>10</b>	<b>1.977.584</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Lucro Líquido</b>		<b>88.568</b>	<b>27.667</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro antes da tributação ao caixa líquido das atividades operacionais</b>		<b>(12.454)</b>	<b>44.598</b>
Juros sobre Capital Próprio		(39.000)	(26.000)
Perda por redução ao valor recuperável reconhecido decorrente de perda de crédito	7.d	9.475	28.393
Depreciação	23	1.693	1.813
Tributos diferidos		23.155	4.800
Provisão para Ações - Trabalhistas e Cíveis	22	3.330	761
Provisão de Participações no Lucro		19.857	34.831
Varição cambial investimento no exterior		(25.974)	-
Ajuste a valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda		(4.990)	-
<b>Lucro Líquido do exercício ajustado</b>		<b>76.114</b>	<b>72.265</b>
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>			
Redução (Aumento) em Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		380.980	(156.411)
Redução (Aumento) em Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		(503.127)	(14.658)
(Aumento) em empréstimos e recebíveis		(1.186.946)	(436.575)
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros		-	(1.505)
(Aumento) em outros ativos		(433.459)	72.909
Aumento (Redução) em Passivos Financeiros Mensurados por Meio do Resultado		14.055	4.229
Aumento (Redução) em Passivo Financeiro ao Custo Amortizado		1.414.681	21.849
Redução em outras provisões		-	(360)
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais		21.657	(50.364)
Aumento em outros passivos		101.101	29.126
<b>Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades operacionais</b>		<b>(114.944)</b>	<b>(459.495)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(37.487)	(3.515)
Aquisição de ativos intangíveis		(127.368)	(20.080)
Alienação de Bens não de Uso		-	4.077
<b>Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de investimento</b>		<b>(164.855)</b>	<b>(19.518)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>			
Juros pagos sobre o capital próprio e dividendos		(23.150)	(10.000)
Aumento de capital em dinheiro		23.150	-
<b>Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>(10.000)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalente de caixa</b>			
No início do exercício	4	514.776	1.003.789
No encerramento do exercício	4	234.977	514.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## 1. Contexto Operacional

O Banco Original S.A. (Banco), é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, de crédito e financiamento, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

Originado a partir da compra do Banco Matone S.A., instituição tradicional do Rio Grande do Sul, cujo foco de negócios era a carteira consignada, o Banco Original passou por reestruturação de seus negócios em 2013 optando por descontinuar a atuação nesse mercado.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 25 de Março de 2015.

## 2. Bases de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros, "International Financial Reporting Standards" - IFRS, emitidos pelo "International Accounting Standard Board" - IASB e as interpretações do "International Financial Reporting Interpretation Committee" - IFRIC descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas Demonstrações Financeiras Consolidadas estão totalmente em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen (BRGAAP), para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e o lucro líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, estão demonstradas na Nota Explicativa 28.

### 2.1. Bases de Mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a utilização de diversas estimativas e premissas para calcular certos valores reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

#### a) Estimativas Contábeis e Julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas em IFRS requer o uso de estimativas contábeis críticas baseadas no julgamento da administração para a seleção e aplicação das políticas contábeis. A administração acredita que as premissas adotadas são apropriadas e que o Banco apresenta suas demonstrações financeiras de maneira fidedigna e justa.

##### a.1) Avaliação do Valor Justo de Determinados Instrumentos Financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é observado pelo seu valor de venda ou aquisição por duas partes acordadas, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o valor que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (valor cotado ou valor de mercado), referenciado na hierarquia de avaliação do valor justo, detalhado na Nota Explicativa 6.

##### a.2) Perdas por Redução do Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis

Banco executa o reconhecimento da provisão para perdas por redução do valor recuperável utilizando o método da perda histórica e análise individual das maiores operações de crédito para a divulgação em IFRS.

Para determinar o montante de perdas que devem ser registradas para um crédito ou para uma determinada classe de créditos, o Banco exerce seu julgamento analisando as evidências objetivas que indicam se houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixa esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas que se correlacionam com as expectativas de perdas por valor recuperável. A Administração do Banco utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar a quantidade e o momento dos fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir as diferenças entre as estimativas e as perdas efetivas.

##### a.3) Redução do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - ("Impairment")

O reconhecimento contábil de um ativo deve demonstrar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar depreciação ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma perda (provisão), ajustando o valor contábil líquido.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

##### a.4) Intangível

O IAS 38 define o ativo intangível como um ativo não monetário identificável sem substância física. Essa definição nos remete ao Pronunciamento Conceitual Básico ("Framework") que estabelece que um ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade. Três pontos dessa definição devem ser analisados com especial atenção tendo em vista o reconhecimento de um ativo intangível: identificação, controle e geração de benefícios econômicos futuros. Um intangível só deve ser reconhecido se atender a esses três pontos. Demais gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por softwares adquiridos junto a fornecedores externos e por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital, observando as regras estabelecidas no parágrafo 58 do IAS 38 para ativos intangíveis gerados internamente. Esses gastos serão amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassarão dez anos quando finalizar a fase do desenvolvimento. No momento não estão ocorrendo amortizações do Projeto Digital. Os critérios de ativação dos ativos intangíveis são discutidos em detalhes na Nota Explicativa 11.

##### a.5) Provisões

Banco revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos. Para as contingências classificadas como prováveis, são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica de Provisões para Contingências.

Para as contingências cíveis, o banco melhorou a análise de cálculo das provisões, em virtude do aprimoramento da metodologia de apuração, o efeito da melhoria foi reconhecido no resultado prospectivamente.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota Explicativa 15.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### a.6) Reconhecimento e Avaliação de Impostos Diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são contabilizados sobre diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL não utilizada. Apurados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis e adotadas no Brasil.

O reconhecimento do ativo fiscal diferido depende do julgamento da Administração quanto à probabilidade e suficiência de lucros tributáveis futuros.

A previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, para os anos subsequentes está suportada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos aprovados pela Administração, e revistos no mínimo a cada data de balanço. Para mais informações sobre imposto de renda, veja Nota Explicativa 8.

## 2.2. Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco Original, bem como as controladas no País.

### a) Controladas

São classificadas como controladas as entidades sobre as quais o Banco está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As controladas são consolidadas pelo método integral desde o momento em que a Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

As empresas consolidadas em 2014 foram:

- Original Asset Management Ltda
- Original Corporate Ltda

Em 2013 não havia investimentos em controladas.

### b) Principais Procedimentos de Consolidação

Para fins de consolidação, a entidade controladora adotou práticas contábeis consistentes e uniformes. Vale mencionar os principais procedimentos de eliminação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre o Banco Original, Original Corporate Ltda. e Original Asset Management Ltda., exceto os ganhos ou perdas em transações em moeda estrangeira. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

## 2.3) Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

### a) Principais Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis ao Período Findo em 31 de Dezembro de 2014

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação - Requer que as entidades apresentem evidenciações em suas demonstrações financeiras que permitam que os usuários avaliem a significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e performance da entidade; a natureza e a extensão dos riscos oriundos de instrumentos financeiros aos quais a entidade está exposta; e a forma pela qual a entidade gerencia esses riscos.

IAS 08 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros: O objetivo deste pronunciamento é definir os critérios para a seleção, alteração e divulgação de políticas contábeis, para as alterações nas estimativas contábeis e para as retificações de erros. Este pronunciamento visa inclusive, melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis de uma entidade e sua comparabilidade ao longo do tempo e com as demonstrações contábeis de outras entidades.

IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Tem como objetivo estabelecer os princípios para a apresentação de instrumentos financeiros como ativos, passivos ou instrumentos patrimoniais e para a compensação de ativos e passivos financeiros. Neste pronunciamento é adotada a perspectiva do emissor dos instrumentos financeiros.

IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Este pronunciamento, vem assegurar que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados às provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas, para permitir que os usuários entendam a sua natureza, extensão, oportunidade e valor.

IAS 38 - Ativos Intangíveis: Estabelece que uma entidade deve reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios especificados neste Pronunciamento forem atendidos. O Pronunciamento também especifica como apurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações específicas sobre esses ativos. Um ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física.

IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Disciplina o reconhecimento e a mensuração de operações realizadas com instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

### b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos e/ou Alterados Recentemente e Aplicáveis em Futuramente

IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: As alterações referente a este Pronunciamento tem como objetivo esclarecer alguns requisitos de apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras considerados como relevantes, visando garantir que as entidades são capazes de usar seu próprio julgamento, os principais pontos abordados são (a) materialidade e agregação e (b) conjunto das demonstrações financeiras, bem como as respectivas notas explicativas. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Este Pronunciamento substituirá o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A intenção é que este relatório seja alterado em sua totalidade, entretanto o mesmo está dividido em fases que inclui (a) classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável e (c) contabilização de cobertura. O mesmo passará a vigorar a partir de 1º de Janeiro de 2018.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (joint venture): As alterações ocorridas, referem-se a existência de divergências entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), no que tange a alienação ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlado em conjunto (joint venture). Com vigência a partir de 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

IFRS 11 - Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 - Ativos Intangíveis: A alteração aborda o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Com vigência a partir de 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

O Banco Original está avaliando os impactos totais referentes as normatizações que estão sendo alteradas e entrarão em vigor futuramente.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 3. Principais Práticas Contábeis

#### a) Conversão de Moeda

##### a.1) Moeda Funcional e de Apresentação

O IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influência majoritariamente o apuração de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e a extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

##### a.2) Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos financeiros expressos em moeda estrangeira são reconvertidos para reais na data de balanço à taxa de câmbio em vigor na data do balanço, e as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado na rubrica “Variações cambiais (líquidas)”.

#### b) Caixa e disponibilidades em bancos

O Banco define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto, que fazem parte da gestão de caixa, com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudanças de valor, conforme demonstrado na Nota Explicativa 4.

#### c) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

O Banco Original apresenta suas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado na rubrica Investimentos mantidos até o vencimento.

Os valores contabilizados representam razoável aproximação com o valor justo, pois os instrumentos incorporam as alterações na taxa base de atualização dos contratos demonstrados na Nota Explicativa 5.

#### d) Aplicações no Mercado Aberto/Captações no Mercado Aberto

O Banco dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas “Investimentos mantidos até o vencimento e Recursos de Instituições Financeiras”, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrado ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Similares e Despesas de Juros e Similares, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

#### e) Ativos e Passivos Financeiros

##### e.1) Definição

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma empresa e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra empresa.

Instrumentos de Patrimônio é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

Derivativo é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou “rating” de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

##### e.2) Reconhecimento e Classificação dos Instrumentos Financeiros

###### e.2.1) Data de Reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui (regular “waytrades”): compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

###### e.2.2) Reconhecimento Inicial de Instrumentos Financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.



### e.2.3) Classificação dos Instrumentos Financeiros para Fins de Mensuração

Os instrumentos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento:** essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos a perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo;
- **Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado):** essa categoria inclui os ativos e passivos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação. Os ativos e passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período, os derivativos não designados como instrumentos de cobertura "hedge", se encaixam nesta categoria. As mudanças do valor justo desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Resultado Líquido com Investimento em Títulos e Derivativos";
- **Ativos Financeiros Disponíveis para Venda:** investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não-derivativos que são designados nesta categoria no reconhecimento inicial ou que não são classificados em outras categorias de ativos financeiros. Títulos patrimoniais não cotados em bolsa, cujo valor justo não pode ser mensurado de forma confiável, são contabilizados pelo valor de custo. Todos os demais instrumentos de dívida disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado;
- **Empréstimos e Recebíveis:** essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros; e
- **Passivos Financeiros ao Custo Amortizado:** passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelas instituições financeiras.

### e.3) Mensuração dos Instrumentos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo

#### e.3.1) Mensuração ao Custo Amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o valor no qual o ativo ou passivo financeiro é avaliado quando do seu reconhecimento inicial, menos as amortizações do principal, adicionado ou reduzido da amortização acumulada utilizando-se o método da taxa efetiva de juros de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor de resgate no vencimento, deduzindo-se quaisquer reduções por redução ao valor recuperável, inclusive na carteira de empréstimos e recebíveis.

#### e.3.2) Mensuração e Reconhecimento ao Valor Justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data de balanço.

Quando disponível, o Banco determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

Para os demais instrumentos financeiros sem preços cotados em mercados ativos, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, que podem incluir transações recentes realizadas entre partes independentes em condições justas de mercado, referência ao valor justo de instrumentos similares, método de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções. As técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco utilizam o máximo possível de dados de mercado, baseando-se no mínimo possível em estimativas específicas do Banco, incorporando todos os fatores que os demais participantes do mercado considerariam na determinação de um preço de negociação, e são consistentes com metodologias econômicas amplamente reconhecidas e utilizadas pelos demais participantes do mercado na precificação destes instrumentos financeiros. Os dados utilizados nas técnicas de avaliação representam razoavelmente as expectativas de mercado e avaliações dos fatores inerentes de risco e retorno do instrumento financeiro avaliado. O Banco calibra as técnicas de avaliação utilizadas e as testa para validação utilizando preços de transações de mercado atualmente observáveis do mesmo instrumento ou baseadas em outros dados de mercado observáveis.

A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial é reconhecida subsequentemente na demonstração do resultado, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação, e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornem-se completamente observáveis.

O Banco classifica ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado na ocorrência de uma das situações abaixo:

- Os ativos ou passivos são administrados, avaliados e reportados internamente com base no valor justo; e
- A classificação elimina ou reduz significativamente um descasamento que de outra forma poderia ocorrer.

A Nota Explicativa 6 estabelece o valor de cada classe de ativo ou passivo financeiro que foi classificado a valor justo por meio do resultado. A descrição da base para classificação está na nota explicativa referente a cada classe relevante de ativo e passivo.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros para os quais não há preços cotados observáveis no mercado requer o uso de técnicas de avaliação conforme descritas na Nota Explicativa 6. Os métodos que o Banco deverá adotar para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis:

- **Nível 1:** O Banco utiliza como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário "ativo" e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades;

Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo;

- **Nível 2:** Na ausência de cotações públicas, o Banco, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos, cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) estão alocados neste nível;

- **Nível 3:** Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não haviam instrumentos financeiros enquadrados neste nível.



#### **e.4) Identificação e Mensuração de Redução ao Valor Recuperável**

Em cada data de balanço, o Banco avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado apresentam redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros são considerados com redução ao valor recuperável quando evidências objetivas demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável. A análise sobre o que constitui a perda por redução ao valor recuperável é uma questão de julgamento criterioso.

O Banco considera evidências de redução ao valor recuperável tanto para ativos individualmente significativos como no nível coletivo (massificado). Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar redução ao valor recuperável agrupando-se ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características de risco similares. As evidências objetivas de que os ativos financeiros (incluindo instrumentos de patrimônio) possuem redução ao valor recuperável incluem: quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros (operações em Recuperação Judicial, Confissão de Dívida e atrasos com mais de 90 dias), dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador, análise com base nas renegociações efetuadas pelo Banco, desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras, dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Na avaliação da redução ao valor recuperável coletivo, o Banco utiliza estudos históricos da probabilidade de inadimplência e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indicam que perdas reais tenham probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado na rubrica "Perda por Redução ao Valor Recuperável". Os juros de ativos com redução ao valor recuperável são revertidos contra o resultado do período, por não haver expectativa de recuperação.

Para as operações identificadas com evidência objetiva de redução ao valor recuperável são avaliadas as expectativas de recuperações de crédito, considerando aspectos como: o risco total do cliente, capacidade de pagamento do devedor, prazo de recebimento, probabilidade de recuperação e outros aspectos significativos para avaliar a capacidade de recuperação do crédito em situação de redução ao valor recuperável. Bem como as garantias recebidas consideradas fator mitigante da perda no valor recuperável.

O Banco utiliza como prática efetuar a baixa para prejuízo das operações vencidas há mais de um ano, quando já foram esgotados todos os procedimentos de cobrança e renegociação e, nesse caso, essas operações são consideradas extremamente improváveis quanto a sua recuperação.

Em adição, para investimentos em instrumentos de patrimônio, uma perda significativa ou prolongada no seu valor justo abaixo do custo inicial representa uma evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável com Instrumentos de Dívida disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período.

Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida em Instrumentos de Dívida disponíveis para venda, esta é revertida contra o resultado do período. Entretanto, quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um instrumento de patrimônio disponível para venda anteriormente ajustado por uma perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para redução ao valor recuperável atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

#### **e.5) Reclassificação dos Ativos Financeiros**

Uma vez que um instrumento financeiro foi classificado em uma categoria no reconhecimento inicial, fica restrita as circunstâncias em que é permitido a transferir em outra categoria.

De acordo com o IAS 39 é permitida a reclassificação de certos ativos financeiros de uma categoria que exige mensuração do valor justo (isto é, mantidos para negociação ou disponíveis para venda) em outra categoria sob circunstâncias limitadas. No entanto, os derivativos e ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado, não são elegíveis para reclassificação.

Ainda assim o IFRS define "circunstâncias excepcionais" como um único evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo. Na data da reclassificação, o valor justo de qualquer ativo financeiro reclassificado se torna o seu novo custo ou custo amortizado. Qualquer ganho ou perda já reconhecido no resultado não é revertida.

#### **e.6) Cessão de Ativos Financeiros**

A IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - determina que quando há retenção substancial de riscos e benefícios o ativo não deve ser baixado e há um reconhecimento de um passivo em contrapartida à consideração recebida.

#### **e.7) Desreconhecimento de Instrumentos Financeiros**

Ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos. Qualquer interesse sobre ativos financeiros transferidos, criados ou retidos pelo Banco, deve ser reconhecido como um ativo ou um passivo em separado.

O Banco efetua a baixa de passivos financeiros quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou expiradas.

O Banco realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos, ou uma porção deles, são retidos pelo Banco. Caso todos ou a maioria dos riscos e benefícios sejam retidos, os ativos transferidos não devem ser baixados do balanço patrimonial. Transferências de ativos com retenção de todos ou da maioria dos riscos e benefícios incluem, por exemplo, cessão de créditos com coobrigação e operações de venda de títulos com compromisso de recompra.

Nas transações em que o Banco não retém e transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro, é feita a baixa do respectivo ativo quando o Banco deixa de exercer controle sobre este.

Em certas transações o Banco mantém a obrigação de prestar serviços sobre os ativos financeiros transferidos. Os ativos transferidos nesse caso são baixados em sua totalidade se cumprir os critérios de baixa. Um ativo ou um passivo é reconhecido pelos direitos do serviço prestado, quando o valor cobrado pelo serviço cobre os custos (um ativo) ou é inferior aos custos (um passivo) para a realização do serviço.

O Banco realiza a baixa de empréstimos e recebíveis e de instrumentos de dívida quando estes são considerados incobráveis.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### **f) Empréstimos e Recebíveis**

Nesta categoria estão registrados os empréstimos e adiantamentos efetuados a instituições financeiras e a clientes. As operações são contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o procedimento utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período na conta.

O Banco classifica uma operação de crédito como não performando quando identifica evidência objetiva de perda na operação, desta forma a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em "Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos"

##### **f.1) Perda por Redução ao Valor Recuperável**

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de perdas por redução de seu valor recuperável, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido, utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a perda por redução do valor recuperável.

O Banco realiza a análise dos ativos financeiros, a carteira de empréstimos e adiantamentos, contabilizados ao custo amortizado, periodicamente. Para tanto, o Banco faz uso de julgamentos para verificar a existência de indicadores da impossibilidade de recuperação ("impairment") destes ativos. Estes indicadores correspondem a dados observáveis sobre impactos adversos na capacidade de pagamentos de devedores. Quando verificada a necessidade de reconhecimento do "impairment", para perdas incorridas, estes valores são reconhecidos e as provisões para perdas por redução do valor recuperável constituídas nas demonstrações financeiras.

Para a constituição desta provisão, decorrente de "impairment", de ativo financeiro ou empréstimo, o Banco adota processo estruturado de monitoramento contínuo de indicadores, tendo por base critérios objetivos e observáveis.

Para a apuração desta provisão é realizado cálculo das estimativas das perdas incorridas com base na diferença do valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados. Para isto, o Banco segrega sua carteira de ativos financeiros, contabilizados ao custo amortizado, em duas classes:

- Análise Individual, para contratos e valores individualmente significativos (operações superior a R\$3 milhões); e
- Análise coletiva, para contratos e valores não significativos individualmente.

Na análise individual, para as operações individualmente significativas, o Banco mantém um acompanhamento periódico e faz uma análise individual de cada contrato de empréstimo ou financiamento, utilizando modelagem baseada na monitoração dos critérios elegíveis e de sinais de alerta.

Na análise coletiva, para as operações não significativas individualmente, o Banco faz julgamentos baseados nas perdas históricas para ativos com características similares ou homogêneas, quanto à evidência objetiva de "impairment", utilizando-se de modelos de cálculo e de abordagens estatísticas que permitem derivar as provisões para as perdas incorridas. Os modelos e as premissas utilizadas para os cálculos de "impairment" são revisadas periodicamente.

#### **g) Outros Ativos e Passivos Financeiros**

Estes são basicamente composto de câmbio, rendas a receber de adiantamentos concedidos, operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar. Os valores contábeis desses ativos/passivos são mensurados ao valor justo, uma vez que representam valores a serem recebidos / pagos no curto prazo. Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

#### **h) Investimento em Coligadas e Joint Ventures**

##### **h.1) Definição e Reconhecimento Inicial**

###### **h.1.1) Definição**

Conforme IAS 28 – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Ventures), Coligadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa, é existência do poder de participar das decisões financeiras e operacionais da investida. É presumido que exista influência significativa quando a entidade possui 20% do capital votante.

###### **h.1.2) Reconhecimento Inicial**

Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em coligadas, em controladas e em controladas em conjunto, inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

##### **h.2) Descontinuidade do Método da Equivalência Patrimonial**

A entidade deve descontinuar o uso do método da equivalência patrimonial a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como coligada, controlada, ou como empreendimento controlado em conjunto.

Se caso este seja um ativo financeiro o mesmo deverá ser avaliado por seu valor justo, reconhecendo como receita ou despesa do período, qualquer diferença existente.

Sendo assim as receitas e despesas, reconhecidas anteriormente em outros resultados abrangentes, devem ser reclassificadas para a demonstração do resultado do período como receita ou despesa quando da baixa e liquidação de ativos e passivos relacionados.

#### **i) Imobilizado em Uso**

De acordo com o IAS 16, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota Explicativa 10.

O Ativo Imobilizado inclui o valor de sistemas de processamento de dados, instalações, móveis e equipamentos, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

**j) Ativos Intangíveis e ágio**

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, acumulada e perdas por redução por valor recuperável, quando aplicável. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e que ocorrerá provavelmente a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva e são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por "softwares" adquiridos junto a fornecedores externos e por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital. Esses gastos serão amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassará dez anos.

Com base nas informações apresentadas no IAS 38 e suportado pelas projeções de fluxo de caixa preparados, baseando-se assim na provável geração de benefícios econômicos futuros, o Banco entende que todos estes gastos ligados ao Projeto Digital, terão sua vida útil definida, em 10 anos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

**k) Imposto de Renda e Contribuição Social**

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O reconhecimento das provisões para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo acumulado contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário. De acordo com as práticas contábeis e tributáveis adotadas no Brasil.

A despesa de impostos sobre a renda é reconhecida no resultado, exceto quando advinda de uma transação reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes; nesse caso, o efeito fiscal é reconhecido no próprio resultado abrangente. É calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota cabível ao lucro real do período e das variações dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Os ativos e passivos diferidos incluem as diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou receber sobre as diferenças entre o valor contábil e sua respectiva base fiscal e créditos. Os ativos diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

Ativo fiscal corrente corresponde a valores de impostos a recuperar nos próximos doze meses. Já os ativos fiscais diferidos correspondem aos valores de impostos a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.

Passivo fiscal corrente corresponde a valores de impostos a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício nos próximos doze meses. Já os passivos fiscais diferidos correspondem aos valores de impostos a pagar em exercícios futuros, de acordo com o IAS 12.

**l) Outros Ativos e Passivos**

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e provisão para perda, quando julgada necessária.

**m) Passivos Financeiros ao Custo Amortizado**

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais ou menos a amortização acumulada, calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável "impairment".

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Recursos de Clientes Nota Explicativa 13.a;
- Recursos de instituições Interfinanceiras Nota Explicativa 13.b;
- Recursos de emissão de títulos Nota Explicativa 13.c

**n) Outras Provisões**

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2014, 2013.

Passivos contingentes são avaliados e divulgados de acordo com o IAS 37, e são obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os passivos contingentes do Banco decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios do Banco movidos por terceiros, ex-funcionários em ações cíveis e trabalhistas.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, leva em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possam ser estimados com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica "Provisões para Contingências";
- Possíveis: as quais são divulgadas nas Demonstrações Financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

No período analisado, em questão, efetuamos uma melhoria quanto a avaliação das contingências cíveis, classificadas com probabilidade de perda possível, de acordo com as premissas apresentadas por nossos assessores jurídicos, onde o cálculo do "VEE" (Valor Efetivo Econômico), passou a ser reconhecido a 50%, visto que anteriormente não efetuávamos nenhuma provisão para estes saldos, pois apenas os divulgávamos em nota explicativa.

Esta provisão passou a ser feita com base no histórico de condenações, mediante alguns procedimentos efetuados pela área jurídica como:

- (i) composição do montante do percentual histórico (desde jan/2012) de ações distribuídas em que há condenação;
- (ii) multiplicação pelo valor médio de condenações por processo;
- (iii) multiplicação pela média de nossa carteira de processos nos últimos 12 meses

Para as contingências cíveis, o banco melhorou a análise de cálculo das provisões, em virtude do aprimoramento da metodologia de apuração, quanto as contingências trabalhistas, tais mudanças não apresentaram impactos, e o efeito da melhoria foi reconhecido no resultado prospectivamente de acordo com o IAS 08.

As contingências prováveis são quantificadas pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota Explicativa 15.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**o) Capital Social**

O Capital Social do Banco é constituído por ações ordinárias e preferenciais e classificadas no Patrimônio Líquido, conforme descrito na Nota Explicativa 18.

**p) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)**

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No exercício de 2014 e 2013 foram deliberados dividendos na forma de JCP, a deliberação está demonstrada na Nota Explicativa 18.

**q) Lucro/(Prejuízo) por Ação**

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício, de acordo com o IAS 33 Lucro por Ação. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O Banco informa que não existem fatores diluente de ações, desta forma o lucro por ação e lucro diluído por ação são os mesmos.

**r) Reconhecimento de Receitas e Despesas**

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são os resumidos a seguir:

**r.1) Receitas e Despesas com Juros e Similares**

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

**r.2) Comissões e itens Similares**

As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).

Taxas e comissões pagas decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizado.

**r.3) Outras Receitas e Despesas Operacionais**

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados/incorridos pelo Banco, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

**s) Garantias Financeiras**

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal dos seus negócios bancários.

Passivos de contratos de garantias financeiras são registrados inicialmente ao valor justo, que geralmente é o valor da comissão recebida ou a receber. Subsequentemente, os passivos de garantias financeiras são mensurados ao maior valor entre o valor justo inicialmente reconhecido (menos a apropriação do valor da comissão no resultado) e a melhor estimativa de gasto exigido para liquidar as obrigações.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Composição	31 de dezembro	
	de 2014	31 de dezembro de 2013
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	29.328	21.260
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	205.649	493.516
<b>Total</b>	<b>234.977</b>	<b>514.776</b>

**5. Investimentos mantidos até o vencimento**

	31 de dezembro de 2014			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>205.649</b>	-	-	<b>205.649</b>
<b>Posição Bancada</b>	<b>205.649</b>	-	-	<b>205.649</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	205.649	-	-	205.649
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	-	<b>37.150</b>	<b>4.309</b>	<b>41.459</b>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	35.161	4.309	39.470
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	175	-	175
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	1.613	-	1.613
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	201	-	201
<b>Total</b>	<b>205.649</b>	<b>37.150</b>	<b>4.309</b>	<b>247.108</b>



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31 de dezembro de 2013			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>443.447</b>	<b>104.330</b>	-	<b>547.777</b>
<b>Posição Bancada</b>	<b>443.447</b>	<b>104.330</b>	-	<b>547.777</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	144.754	104.330	-	249.084
Notas do Tesouro Nacional - NTN	298.693	-	-	298.693
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>50.157</b>	<b>51.788</b>	<b>5.073</b>	<b>107.018</b>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	50.157	51.788	3.889	105.834
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	-	140	140
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	-	964	964
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	-	80	80
<b>Total</b>	<b>493.604</b>	<b>156.118</b>	<b>5.073</b>	<b>654.795</b>

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

Não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável para os investimentos mantidos até o vencimento.

#### 6. Instrumentos Financeiros

A metodologia para determinação do valor justo está descrita na Nota 3.f.5 e todos os ativos financeiros descritos abaixo possuem hierarquia Nível I, não houveram reclassificações no período.

##### a.1) Classificação por Título, Vencimento, Valor Justo e Curva

##### a.1.1) Ativos Financeiros mantidos para negociação

##### a.1.1.1) Títulos Privados e Públicos

	31 de dezembro de 2014		
	Sem Vencimento	Valor Contábil/ Valor Justo	Valor de Curva
<b>Títulos Privados</b>			
Ações de Companhia Abertas	60.878	60.878	33.249
<b>Total Títulos Privados</b>	<b>60.878</b>	<b>60.878</b>	<b>33.249</b>

	31 de dezembro de 2013				
	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Valor Contábil/ Valor Justo	Valor de Curva
<b>Títulos Públicos</b>					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	529.428	46.953	576.381	579.158
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	287	2.581	2.868	2.881
<b>Total Títulos Públicos</b>	<b>-</b>	<b>529.715</b>	<b>49.534</b>	<b>579.249</b>	<b>582.039</b>
<b>Títulos Privados</b>					
Ações de Companhia Abertas	134.584	-	-	134.584	92.397
<b>Total Títulos Privados</b>	<b>134.584</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>134.584</b>	<b>92.397</b>
<b>Total</b>				<b>713.833</b>	<b>674.436</b>

Não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros mantidos para negociação.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**a.1.1.2) Derivativos**

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor justo e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	<b>31 de dezembro de 2014</b>		
	<b>Valor</b>		
	<b>Valor de Curva</b>	<b>Valor Justo</b>	<b>Referencial do Contrato</b>
<b>NDF</b>			
<b>Posição Ativa</b>			
Commodities	15.655	14.093	1.272.521
Pré-Fixado	-	-	-
Dólar	14.118	12.489	305.534
Real	1.428	1.495	958.599
	109	109	8.388
<b>Passivo</b>			
Commodities	(13.771)	(8.316)	(1.272.521)
Pré-Fixado	-	-	-
Dólar	(173)	(531)	(305.534)
Real	(13.566)	(7.753)	(958.599)
	(32)	(32)	(8.388)
<b>Diferencial Líquido</b>	<b>1.884</b>	<b>5.777</b>	<b>-</b>
<b>Swap</b>			
<b>Posição Ativa</b>			
Commodities	47.022	31.879	596.246
Pré-Fixado	-	-	-
Dólar	46.605	31.410	431.231
CDI	112	158	158.997
IPCA <sup>(1)</sup>	305	311	6.018
	-	-	-
<b>Passivo</b>			
Commodities	(11.051)	(9.969)	(596.246)
Pré-Fixado	-	-	-
Dólar	-	-	(431.231)
CDI	(11.051)	(9.969)	(158.997)
IPCA	-	-	(6.018)
	-	-	-
<b>Diferencial Líquido</b>	<b>35.971</b>	<b>21.910</b>	<b>-</b>
<b>Opções</b>			
<b>Posição Ativa</b>			
Commodities	762	579	(12.500)
Dólar	-	-	-
	762	579	(12.500)
<b>Diferencial Líquido</b>	<b>762</b>	<b>579</b>	<b>(12.500)</b>

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

31 de dezembro de 2013

	<b>Valor</b>		
	<b>Valor de Curva</b>	<b>Valor Justo</b>	<b>Referencial do Contrato</b>
<b>NDF</b>			
<b>Posição Ativa</b>			
Dólar	4.644	4.644	281.473
	4.644	4.644	281.473
<b>Passivo</b>			
Dólar	(1.981)	(4.039)	(281.473)
	(1.981)	(4.039)	(281.473)
<b>Diferencial Líquido</b>	<b>2.663</b>	<b>605</b>	<b>-</b>
<b>Swap</b>			
<b>Posição Ativa</b>			
Dólar	11	-	5.130
	-	-	-
CDI	11	-	5.130
<b>Passivo</b>			
CDI	(17)	(190)	(5.130)
	(17)	(190)	(5.130)
<b>Diferencial Líquido</b>	<b>(6)</b>	<b>(190)</b>	<b>-</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31 de dezembro de 2014				31 de dezembro de 2013	
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)		Valor Justo	Total	Valor Referencial dos Contratos	
	Pagar	Valor Justo			Total	Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	1.884	3.893	5.777	1.272.521	605	281.473
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	35.971	(14.061)	21.910	596.246	(190)	5.130
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	762	(183)	579	12.500	-	-
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	2.529.162	-	858.639
<b>Total</b>	<b>38.617</b>	<b>(10.351)</b>	<b>28.266</b>	<b>4.410.429</b>	<b>415</b>	<b>1.145.242</b>

#### a.1.1.3) Derivativos por Vencimento

	31 de dezembro de 2014			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)		(1.465)	6.940	5.777
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)		(4.165)	26.075	21.910
Operações Opções a Receber/(Pagar)		-	579	579
<b>Total</b>		<b>(5.630)</b>	<b>33.594</b>	<b>28.266</b>

	31 de dezembro de 2014					31 de dezembro de 2013
	Até 6 Meses	De 6 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	
<b>Futuros Referencial</b>						
DI	326.000	378.500	678.500	1.383.000	597.915	
Dólar	534.577	-	-	534.577	260.724	
DDI	241.714	363.899	-	605.613	-	
BGI	5.166	-	-	5.166	-	
Euro	806	-	-	806	-	
<b>Total</b>	<b>1.108.263</b>	<b>742.399</b>	<b>678.500</b>	<b>2.529.162</b>	<b>858.639</b>	

Os ajustes líquidos (a pagar) ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, milho, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$1.230 (2012 - R\$641) e 1º de janeiro de 2012 - R\$6.514), foram registrados na rubrica de "Outros Ativos/Passivos Financeiros".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$41.517 (2012 - R\$148.519 e 1º de janeiro de 2012 - R\$1.021.846) representados por LTN e LFT. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP, e na BM&FBovespa.

#### a.1.2) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

	31 de dezembro de 2014				
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Valor Contábil/Valor Justo	Valor de Curva
<b>Títulos Públicos</b>					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	324.440	112.333	110.591	547.364	552.453
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	165.641	-	24.751	190.392	194.644
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	50.887	2.669	14.651	68.207	69.440
Aplic. em TVM no Exterior	-	406.958	-	406.958	409.207
<b>Total Títulos Públicos</b>	<b>540.968</b>	<b>521.960</b>	<b>149.993</b>	<b>1.212.921</b>	<b>1.225.744</b>
<b>Títulos Privado</b>					
Ações de Companhia Abertas	-	-	-	-	-
LCA	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI <sup>(1)</sup>	-	-	3.283	3.283	3.283
<b>Total Títulos Privados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.283</b>	<b>3.283</b>	<b>3.283</b>
<b>Total</b>	<b>540.968</b>	<b>521.960</b>	<b>153.276</b>	<b>1.216.204</b>	<b>1.229.027</b>

	31 de dezembro de 2013		
	Acima de 12 Meses	Valor Contábil/Valor Justo	Valor de Curva
<b>Títulos Públicos</b>			
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	98.656	98.656	100.796
<b>Total Títulos Públicos</b>	<b>98.656</b>	<b>98.656</b>	<b>100.796</b>
<b>Títulos Privado</b>			
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI <sup>(1)</sup>	3.374	3.374	3.374
<b>Total Títulos Privados</b>	<b>3.374</b>	<b>3.374</b>	<b>3.374</b>
<b>Total</b>	<b>102.030</b>	<b>102.030</b>	<b>104.170</b>

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Estes papéis são remunerados às taxas de 11,00% e 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados e as cotas de fundos de investimento na CETIP e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) ou agentes de mercado, quando necessário.

Não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros mantidos para venda.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## b) Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	77.195	68.333
Rendas de Títulos de Renda Fixa	35.877	33.777
Rendas de Títulos de Renda Variável	19.745	64.565
Outros	6.607	165
<b>Total de Títulos</b>	<b>139.424</b>	<b>166.840</b>
NDF	(103.606)	2.640
"Swap"	37.355	1.357
Opções	443	(339)
Futuro	32.391	(29.811)
<b>Total de Derivativos</b>	<b>(33.417)</b>	<b>(26.153)</b>
<b>Total de Ganho Líquido com Títulos e Derivativos</b>	<b>106.007</b>	<b>140.687</b>

## 7. Empréstimos e Recebíveis e Perdas por Redução ao Valor Recuperável

## a) Composição por Produto

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
<b>Empréstimos</b>	<b>917.807</b>	<b>517.630</b>
<b>Adiantamentos a Depositantes</b>	-	-
<b>Empréstimos</b>	<b>917.807</b>	<b>517.630</b>
Cédula de Produto Rural (CPR) <sup>(1)</sup>	290.955	166.250
Capital de Giro	550.113	308.566
Conta Corrente Garantida	76.258	41.793
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	390	1.021
Títulos descontados	91	-
<b>Empréstimo Consignado</b>	<b>24.421</b>	<b>61.280</b>
<b>Financiamentos</b> <sup>(2)</sup>	<b>1.011.469</b>	<b>187.841</b>
Cédula de Crédito à Exportação (CCE)	737.861	160.379
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	62.791	19.580
Financiamentos Imobiliários	107.955	7.882
<b>Adiantamentos a contratos de câmbio</b> <sup>(3)</sup>	<b>88.996</b>	-
Operações de crédito vinculado a cessão	102.862	-
<b>Outros créditos</b> <sup>(4)</sup>	<b>367.244</b>	-
<b>Sub-Total</b>	<b>2.409.937</b>	<b>766.751</b>
<b>Perdas por Redução ao Valor Recuperável</b>	<b>(36.681)</b>	<b>(41.128)</b>
<b>Total</b>	<b>2.373.256</b>	<b>725.623</b>

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Inclui título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

(3) Valor contabilizado na rubrica Outros Passivos Financeiros Nota 14 d.

(4) Títulos e créditos a receber.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	77.195	68.333
Rendas de Títulos de Renda Fixa	35.877	33.777
Rendas de Títulos de Renda Variável	19.745	64.565
Outros	6.607	165
<b>Total de Títulos</b>	<b>139.424</b>	<b>166.840</b>
NDF	(103.606)	2.640
"Swap"	37.355	1.357
Opções	443	(339)
Futuro	32.391	(29.811)
<b>Total de Derivativos</b>	<b>(33.417)</b>	<b>(26.153)</b>
<b>Total de Ganho Líquido com Títulos e Derivativos</b>	<b>106.007</b>	<b>140.687</b>

b) Concentração por Setor de Atividades

	Parcelas a Vencer até 12 Meses e			31 de dezembro de 2014
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total
<b>Setor Privado</b>				
Rural	941	790.797	250.875	1.042.613
Indústria	6.956	434.517	154.935	596.408
Comércio	-	-	-	-
Outros Serviços	3.241	648.521	119.149	770.911
Pessoas Físicas	1	4	-	5
<b>Total</b>	<b>11.139</b>	<b>1.873.839</b>	<b>524.959</b>	<b>2.409.937</b>

	Parcelas a Vencer até 12 Meses e			31 de dezembro de 2013
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total
<b>Setor Privado</b>				
Indústria	-	-	-	-
Comércio	-	407.166	168.987	576.153
Outros Serviços	4.200	60.160	21.464	85.824
Pessoas Físicas	8.733	62.033	34.008	104.774
Cartão de Crédito	-	-	-	-
Crédito Imobiliário	126	857	6.898	7.881
Crédito Consignado	8.497	27.865	24.918	61.280
Outros	110	33.311	2.192	35.613
Habitação	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>12.933</b>	<b>529.359</b>	<b>224.459</b>	<b>766.751</b>

c) Concentração de Crédito

	31 de dezembro de 2014			
	Valor	% da Carteira	Perda por redução ao valor recuperável	% Perda por redução ao valor recuperável
10 Maiores Devedores	547.745	23%	5.338	14%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.034.340	43%	10.129	27%
100 Maiores Devedores Seguintes	374.589	15%	7.590	20%
Demais Devedores Seguintes	453.263	19%	13.624	38%
<b>Total</b>	<b>2.409.937</b>	<b>100%</b>	<b>36.681</b>	<b>100%</b>

	31 de dezembro de 2013			
	Valor	% da Carteira	Perda por redução ao valor recuperável	% Perda por redução ao valor recuperável
10 Maiores Devedores	362.290	47%	11.876	29%
50 Maiores Devedores Seguintes	336.403	44%	7.381	18%
100 Maiores Devedores Seguintes	9.441	1%	1.772	4%
Demais Devedores Seguintes	58.617	8%	20.099	49%
<b>Total</b>	<b>766.751</b>	<b>100%</b>	<b>41.128</b>	<b>100%</b>



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**b) Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos**

	<b>01/01 a 31/12/2014</b>	<b>01/01 a 31/12/2013</b>
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	77.195	68.333
Rendas de Títulos de Renda Fixa	35.877	33.777
Rendas de Títulos de Renda Variável	19.745	64.565
Outros	6.607	165
<b>Total de Títulos</b>	<b>139.424</b>	<b>166.840</b>
NDF	(103.606)	2.640
"Swap"	37.355	1.357
Opções	443	(339)
Futuro	32.391	(29.811)
<b>Total de Derivativos</b>	<b>(33.417)</b>	<b>(26.153)</b>
<b>Total de Ganho Líquido com Títulos e Derivativos</b>	<b>106.007</b>	<b>140.687</b>

**d) Movimentação da Provisão de Perdas por Redução ao Valor Recuperável - Empréstimos e Recebíveis**

	<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>31 de dezembro de 2013</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>41.128</b>	<b>47.556</b>
Constituições Líquida de Reversão	9.475	28.393
Baixa para Prejuízo	(13.922)	(34.821)
<b>Saldo Final <sup>(1)</sup></b>	<b>36.681</b>	<b>41.128</b>
<b>Créditos Recuperados</b>	<b>14.641</b>	<b>58.299</b>

(1) Inclui provisão para cobrir as eventuais perdas dos avais e fianças honradas.

No exercício de 2014, os créditos renegociados são de R\$ 17.134 (2013 - R\$ 42.587) e a Perda por redução ao valor recuperável constituída para esses contratos é de R\$ 197, relativo as operações vencidas e repactuadas. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 26.

**e) Cessão de Ativos Financeiros**

**e.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros**

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

**Com Transferência Substancial de Risco**

No exercício de 2014, o Conglomerado transferiu o montante de R\$ 20.866, referente a carteira de crédito, com transferência substancial do risco e benefício (sem coobrigação).

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. O impacto no resultado está composto:

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Total da Carteira Cedida	20.866	24.414
Valor da Venda	23.274	25.441
Lucro com Cessão de Créditos	2.408	1.028
Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo	-	6.675

**Com Retenção Substancial de Risco**

O Banco Original realizou operações de Venda ou Transferência de ativos financeiros em que ocorreu a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Dessa forma, tais créditos permanecem registrados como operações de crédito e um passivo é reconhecido.

O saldo do passivo registrado pelo reconhecimento da obrigação está representado da seguinte forma:

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Carteira Cedida com coobrigação	102.903	-
Ganho a ser reconhecido pelo prazo do contrato	2.137	-
	<b>105.040</b>	<b>-</b>

O saldo da carteira não baixada do ativo está representado da seguinte forma:

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Operações de Crédito Vinculadas à cessão	102.862	-
	<b>102.862</b>	<b>-</b>



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**b) Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos**

	<b>01/01 a 31/12/2014</b>	01/01 a 31/12/2013
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	77.195	68.333
Rendas de Títulos de Renda Fixa	35.877	33.777
Rendas de Títulos de Renda Variável	19.745	64.565
Outros	6.607	165
<b>Total de Títulos</b>	<b>139.424</b>	<b>166.840</b>
NDF	(103.606)	2.640
"Swap"	37.355	1.357
Opções	443	(339)
Futuro	32.391	(29.811)
<b>Total de Derivativos</b>	<b>(33.417)</b>	<b>(26.153)</b>
<b>Total de Ganho Líquido com Títulos e Derivativos</b>	<b>106.007</b>	<b>140.687</b>

**f) Receita com Juros e Similares**

	<b>01/01 a 31/12/2014</b>	01/01 a 31/12/2013
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	3	-
Rendas de Empréstimos	138.745	73.512
Rendas de Títulos Descontados	6.968	-
Rendas De Avais e Fianças	619	-
Rendas de Financiamentos	154.480	15.539
Rendas de Juros de Operações de crédito com <i>Impairment</i>	2.040	-
Despesas De Cessao De Operacoes De Credito	(712)	-
Perdas com Créditos incobráveis	(7.233)	(5.637)
<b>Total</b>	<b>294.910</b>	<b>83.414</b>

**f) Taxa efetiva de Juros**

A Instituição entende que os custos de captação, por se tratarem de valores imateriais, já estão refletidas na taxa efetiva de juros das operações de crédito.

**8. Ativos e Passivos Fiscais Diferidos**

**a) Créditos Tributários**

	<b>31 de dezembro de 2014</b>	31 de dezembro de 2013
<b>Créditos Fiscais Diferidos</b>		
<b>Saldo Inicial</b>	<b>177.187</b>	<b>168.779</b>
Constituições	28.547	32.566
Reversões	(48.739)	(24.158)
<b>Saldo Final</b>	<b>156.995</b>	<b>177.187</b>
<b>Débitos Fiscais Diferidos</b>		
<b>Saldo Inicial</b>	<b>17.699</b>	<b>11.184</b>
Constituições	36.335	62.051
Reversões	(40.424)	(55.536)
<b>Saldo Final</b>	<b>13.610</b>	<b>17.699</b>
<b>Ativo/Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>143.385</b>	<b>159.488</b>

**a.1) Ativo Fiscal Diferido**

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**b) Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos**

	<b>01/01 a 31/12/2014</b>	01/01 a 31/12/2013
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	77.195	68.333
Rendas de Títulos de Renda Fixa	35.877	33.777
Rendas de Títulos de Renda Variável	19.745	64.565
Outros	6.607	165
<b>Total de Títulos</b>	<b>139.424</b>	<b>166.840</b>
NDF	(103.606)	2.640
"Swap"	37.355	1.357
Opções	443	(339)
Futuro	32.391	(29.811)
<b>Total de Derivativos</b>	<b>(33.417)</b>	<b>(26.153)</b>
<b>Total de Ganho Líquido com Títulos e Derivativos</b>	<b>106.007</b>	<b>140.687</b>

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados pelo líquido nas rubricas "Ativos Fiscais".

	<b>31 de dezembro de 2014</b>	31 de dezembro de 2013
Prejuízo Fiscal	239.243	259.010
<b>Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%</b>	<b>59.811</b>	<b>64.753</b>
Base Negativa de Contribuição Social	242.417	258.718
<b>Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 15%</b>	<b>36.363</b>	<b>38.808</b>
Perda por Redução ao Valor Recuperável	32.350	41.128
Perda por redução ao Valor Recuperável - outros créditos	4.276	-
Provisão fiança	1.226	-
Provisão para Ações Trabalhistas	20.873	20.105
Provisão para Contingências Cíveis	28.594	23.532
Provisão para Despesas Administrativas	28.131	25.363
Provisão PLR - Administradores	14.309	13.939
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	15.488	15.488
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	10.574	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	-
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(492)	-
Perdas em Empréstimos e Repasses	4.428	18.942
Ajustes 1º adoção IFRS	-	34.981
Outras Diferenças Temporárias	(251)	(699)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	145.197	178.840
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	159.506	192.779
<b>Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%</b>	<b>36.299</b>	<b>44.710</b>
<b>Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%</b>	<b>23.926</b>	<b>28.917</b>
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	12.823	-
<b>Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins</b>	<b>12.823</b>	-
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
<b>Total do Crédito de PIS e Cofins Diferidos</b>	<b>596</b>	-
<b>Total do Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>156.995</b>	<b>177.187</b>

**a.2) Passivo Fiscal Diferido**

	<b>31 de dezembro de 2014</b>	31 de dezembro de 2013
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	18.224	34.310
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	881
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(847)	(1.636)
Ajustes Futuro - DI e DDI	13.486	6.171
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(627)	(287)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	30.236	39.439
<b>Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%</b>	<b>7.559</b>	<b>9.860</b>
<b>Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%</b>	<b>4.535</b>	<b>5.916</b>
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	18.224	34.310
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	881
Ajustes Futuro - DI e DDI	13.486	6.171
Outras diferenças temporárias	894	-
<b>Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins</b>	<b>32.604</b>	<b>41.362</b>
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
<b>Total do Débito de PIS e Cofins Diferidos</b>	<b>1.516</b>	<b>1.923</b>
<b>Total do Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>13.610</b>	<b>17.699</b>
<b>Ativo/Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>143.385</b>	<b>159.488</b>



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	77.195	68.333
Rendas de Títulos de Renda Fixa	35.877	33.777
Rendas de Títulos de Renda Variável	19.745	64.565
Outros	6.607	165
<b>Total de Títulos</b>	<b>139.424</b>	<b>166.840</b>
NDF	(103.606)	2.640
"Swap"	37.355	1.357
Opções	443	(339)
Futuro	32.391	(29.811)
<b>Total de Derivativos</b>	<b>(33.417)</b>	<b>(26.153)</b>
<b>Total de Ganho Líquido com Títulos e Derivativos</b>	<b>106.007</b>	<b>140.687</b>

a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2014	-	-	-	52.614	17.699	34.915
2015	44.034	13.610	30.424	27.029	-	27.029
2016	16.854	-	16.854	17.745	-	17.745
2017	31.142	-	31.142	26.198	-	26.198
2018	61.286	-	61.286	43.651	-	43.651
2019	1.940	-	1.940	9.949	-	9.949
Apartir de 2020	1.739	-	1.739	-	-	-
<b>Total</b>	<b>156.995</b>	<b>13.610</b>	<b>143.385</b>	<b>177.186</b>	<b>17.699</b>	<b>159.487</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

b) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários, líquido do passivo fiscal diferido é de R\$ 124.174 (2013 - R\$137.255), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

9. Outros Ativos Financeiros

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Carteira de câmbio	97.593	-
Rendas a Receber	652	68
Negociação e Intermediação de Valores	-	1.569
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes <sup>(1)</sup> (Nota 15.a.1 e a.2)	9.810	7.768
<b>Total</b>	<b>108.055</b>	<b>9.405</b>
<b>Circulante</b>	<b>108.055</b>	<b>9.405</b>

(1) O Banco possui apenas uma ação ativa de natureza tributária e ações trabalhistas e cíveis, para as quais foram efetuados depósitos judiciais.

10. Imobilizado de uso

	31 de dezembro de 2014			
	Taxas	Custo	Depreciação	Residual
<b>Outros Ativos Tangíveis</b>				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10%	4.676	(1.271)	3.405
Sistemas de Processamento de Dados	20%	47.966	(8.704)	39.262
Sistemas de Segurança e Comunicações	10%	1.008	(549)	459
Outros	10%	552	(497)	55
<b>Total</b>		<b>54.202</b>	<b>(11.021)</b>	<b>43.181</b>

No exercício de 2014 o Banco encerrou a construção de uma cabine primária para instalação de CPD na matriz. Dessa forma todos os ativos já concluídos nessa obra sofreram redução do seu valor recuperável, sendo reconhecido no resultado o montante de R\$ 686.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	77.195	68.333
Rendas de Títulos de Renda Fixa	35.877	33.777
Rendas de Títulos de Renda Variável	19.745	64.565
Outros	6.607	165
<b>Total de Títulos</b>	<b>139.424</b>	<b>166.840</b>
NDF	(103.606)	2.640
"Swap"	37.355	1.357
Opções	443	(339)
Futuro	32.391	(29.811)
<b>Total de Derivativos</b>	<b>(33.417)</b>	<b>(26.153)</b>
<b>Total de Ganho Líquido com Títulos e Derivativos</b>	<b>106.007</b>	<b>140.687</b>

	31 de dezembro de 2013			
	Taxas	Custo	Depreciação	Residual
<b>Outros Ativos Tangíveis</b>				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10%	3.917	(889)	3.028
Sistemas de Processamento de Dados	20%	10.992	(7.347)	3.645
Sistemas de Segurança e Comunicações	10%	926	(393)	533
Outros	10%	553	(467)	86
<b>Total</b>		<b>16.388</b>	<b>(9.096)</b>	<b>7.292</b>

No exercício de 2013 o banco não identificou indícios de perda ou redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis.

11. Ativo Intangível

O Banco não identificou perda ao valor recuperável dos ativos intangíveis, as movimentações de aplicações e alienações estão divulgadas na Demonstração de Fluxo de Caixa.

	31/12/2014		31/12/2013
	Custo	Líquido	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	103.845	103.845	17.669
Gastos com Consultoria	43.603	43.603	2.411
<b>Total</b>	<b>147.448</b>	<b>147.448</b>	<b>20.080</b>

O Banco está reconhecendo um intangível referente ao projeto digital que se encontra na fase de desenvolvimento, observando as regras estabelecidas nas normas vigentes. A expectativa que a amortização iniciará é a partir do ano de 2016.

12. Outros Ativos

	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013
Correspondentes no País	172	1.207	
Outros Valores e Bens	58.628	21.564	
Despesas Antecipadas	8.859	3.391	
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	835	111.777	
Adiantamentos Salariais/Outros	707	476	
Devedores Diversos no País	9.699	4.297	
Outros	1.521	604	
<b>Total</b>	<b>80.421</b>	<b>143.316</b>	

13. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

a) Recursos de Clientes

	31 de dezembro de 2014				
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos à Vista	31.428	-	-	-	31.428
Depósitos Interfinanceiros	-	-	35.433	-	35.433
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE <sup>(1)</sup>	-	146.262	148.415	197.349	492.026
<b>Total</b>	<b>31.428</b>	<b>146.262</b>	<b>183.848</b>	<b>197.349</b>	<b>558.887</b>

	31 de dezembro de 2013				
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos à Vista	7.452	-	-	-	7.452
Depósitos Interfinanceiros	-	36.642	-	-	36.642
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE <sup>(1)</sup>	-	36.722	44.831	157.315	238.868
<b>Total</b>	<b>7.452</b>	<b>73.364</b>	<b>44.831</b>	<b>157.315</b>	<b>282.962</b>

(1) Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB), com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 100% e 115% do CDI (2012 - 100% e 115% e 1º de janeiro de 2012 - 90% e 100%); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 7,83% a.a e 10,50% a.a (2012 - 5,30% a.a e 13,75% a.a e 1º de janeiro de 2012 - 8,10% a.a e 10,61% a.a). Para operações de CDI, com taxas pós-fixadas praticadas de 100% do CDI (2012 - 100%); e para DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 113% e 120% do CDI (2012 - 113% e 123%), ou 100% do IGPM + 9% a.a (2012 - 100% + 9% a.a e 1º de janeiro de 2012 - 100% + 9% a.a + IPCA 7,8% a.a).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**b) Recursos de Instituições Financeiras**

	31 de dezembro de 2014	
	De 3 a	
	12 Meses	Total
<b>Carteira Própria</b>		
Títulos Públicos <sup>(1)</sup>	111.764	111.764
<b>Total</b>	<b>111.764</b>	<b>111.764</b>

(1) Refere-se a LTN.

	31 de dezembro de 2013	
	De 3 a	
	12 Meses	Total
<b>Carteira Própria</b>		
Títulos Públicos <sup>(1)</sup>	78.829	78.829
<b>Total</b>	<b>78.829</b>	<b>78.829</b>

(1) Refere-se a LTN.

**c) Recursos de Emissão de Títulos**

	31 de dezembro de 2014			
	Até	De 3 a	Acima de	Total
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	
<b>Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares</b>	<b>296.733</b>	<b>464.382</b>	<b>76.672</b>	<b>837.787</b>
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	293.561	337.094	75.114	705.769
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	3.172	127.060	-	130.232
Letras Financeiras- LF	-	228	1.558	1.786
<b>Total</b>	<b>296.733</b>	<b>464.382</b>	<b>76.672</b>	<b>837.787</b>

	31 de dezembro de 2013			
	Até	De 3 a	Acima de	Total
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	
<b>Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares</b>	<b>32.923</b>	<b>22.415</b>	<b>2.244</b>	<b>57.582</b>
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	32.923	22.415	2.244	57.582
<b>Total</b>	<b>32.923</b>	<b>22.415</b>	<b>2.244</b>	<b>57.582</b>
<b>Circulante</b>				<b>55.338</b>
<b>Longo Prazo</b>				<b>2.244</b>

O Banco realiza operações com LCA, com taxas praticadas em operações posfixadas de 50% e 104% do CDI (31/12/2013 - 80% e 102% do CDI). Para as operações prefixadas o valor da taxa praticada varia entre 10,04 % a.a. e 12,56% (31/12/2013 - 7,38% a.a. e 9,85% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações posfixadas no montante de 96 % a 103 % do CDI. Para LF com taxas praticadas em operações posfixadas de 108% a 116% do CDI ou 119,97% a 124, 29% do IPCA.

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

**d) Despesa com Juros e Similares**

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Depósitos a Prazo	36.893	28.533
Depósitos Interfinanceiros	722	2.815
Captação no Mercado Aberto <sup>(1)</sup>	3.279	8.071
Despesas De Letras Financeiras e Imobiliárias	5.993	-
LCA	35.064	-
Despesa de contribuição FGC	3.780	-
Empréstimos e Repasses	57.304	428
<b>Total</b>	<b>143.035</b>	<b>39.847</b>

(1) Inclui, principalmente, despesas com recursos de mercados e emissão de títulos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**14. Outros Passivos Financeiros**
**a) Obrigações por repasses**

	31 de dezembro de			Total
	Até	De 3 a	Acima de	
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	2014
<b>Obrigações por Repasses - Funcafé</b>	<b>25.160</b>	<b>33.859</b>	<b>3.902</b>	<b>62.921</b>
Funcafé - FAC	17.062	19.144	-	36.206
Funcafé - Custeio	-	-	-	-
Funcafé - Estocagem	2.014	8.984	954	11.952
Funcafé - Capital de Giro	6.084	5.731	2.948	14.763
<b>Total</b>	<b>25.160</b>	<b>33.859</b>	<b>3.902</b>	<b>62.921</b>

	31 de dezembro de			Total
	Até	De 3 a	Acima de	
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	2013
<b>Obrigações por Repasses - Funcafé</b>	<b>6.982</b>	<b>14.782</b>	<b>3.446</b>	<b>25.210</b>
Funcafé - FAC	8	1.750	-	1.758
Funcafé - Custeio	5.716	3.001	-	8.717
Funcafé - Estocagem	-	4.003	-	4.003
Funcafé - Capital de Giro	1.258	6.028	3.446	10.732
<b>Total</b>	<b>6.982</b>	<b>14.782</b>	<b>3.446</b>	<b>25.210</b>

**b) Captações no exterior**

	31/12/2014			Total
	Até	De 3 a	Acima de	
	3 meses	12 Meses	12 Meses	2013
Obrigações em moedas estrangeiras	66.227	9.696	-	75.923
Obrigações para empréstimos no exterior	-	487.086	-	487.086
<b>Total</b>	<b>66.227</b>	<b>496.782</b>	<b>-</b>	<b>563.009</b>

**c) Negociação e Intermediação de Valores**

Refere-se, basicamente, a Negociação e Intermediação de Valores relativo a Operações com Ativos Financeiros de R\$ 1.996 (2013 - R\$ 339).

**d) Carteira Câmbio**

	31/12/2014			Total
	Até	De 3 a	Acima de	
	3 meses	12 Meses	12 Meses	2014
Obrigações p/ compras de câmbio	88.996	-	-	88.996
Adiantamento s/ contratos de cambio (Nota 7.a)	(88.996)	-	-	(88.996)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**15. Provisões**

	31 de dezembro de	31 de dezembro de
	2014	2013
Provisão para Ações Trabalhistas (Nota 15.a.1.1)	20.874	20.105
Provisão para Ações Cíveis (Nota 15.a.2.1)	28.594	26.033
<b>Total</b>	<b>49.468</b>	<b>46.138</b>

**a) Provisões e Passivos Contingentes**
**a.1) Provisão para Processos Trabalhistas**

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. A movimentação das provisões para processos trabalhistas está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Banco possuía ações trabalhistas com probabilidade de saída de recursos prováveis, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 2.738 (2013 - R\$3.423).

	31 de dezembro de	
	2014	2013
	Trabalhistas	Trabalhistas
<b>Saldo Inicial</b>	<b>20.105</b>	<b>2.802</b>
Constituição Líquida de Reversão	769	17.349
Baixas	-	(46)
<b>Saldo Final</b>	<b>20.874</b>	<b>20.105</b>

Até novembro de 2013 a provisão para ações trabalhistas foi contabilizada com o valor das ações com perspectiva de perda provável, conforme prognóstico dos advogados. A partir de dezembro de 2013, além da análise do prognóstico de perda dos advogados foi incorporada a análise de estimativa de perda histórica das ações trabalhistas.

**a.2) Provisão para Processos Cíveis**

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$5.264 (2013 - R\$2.946).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<b>31 de dezembro de 2014</b>	31 de dezembro de 2013
	<b>Cíveis</b>	<b>Cíveis</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>26.033</b>	<b>42.621</b>
Constituição Líquida de Reversão	2.561	(16.588)
<b>Saldo Final</b>	<b>28.594</b>	<b>26.033</b>

**a.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível**

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Banco possuía os seguintes montantes de passivo contingente classificado como possível.

	<b>31 de dezembro de 2014</b>	31 de dezembro de 2013
Processos Trabalhistas	1.795	962
Processos Cíveis	29.079	33.813
<b>Total</b>	<b>30.874</b>	<b>34.775</b>

**16. Obrigações Fiscais**

	<b>31 de dezembro de 2014</b>	31 de dezembro de 2013
Impostos e Contribuições a Recolher		
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	927	192
Impostos e Contribuições sobre Salários	6.135	3.768
Outros	10.464	5.779
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros		
Provisão para Imposto de Renda	10.155	1.142
Provisão para Contribuição Social	5.300	443
<b>Total</b>	<b>32.981</b>	<b>11.324</b>

**17. Outros Passivos**

	<b>31 de dezembro de 2014</b>	31 de dezembro de 2013
Obrigações Assumidas dos Créditos Cedidos com Coobrigação	105.040	-
Ordens de Pagamento em Moeda Estrangeira	921	20.773
Dividendos e Bonificações a Pagar	10.000	10.000
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	14.076	46.166
Outras Despesas Administrativas	317	215
Outros Pagamentos	43.745	5.012
Consignados	578	1.973
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios <sup>(1)</sup>	13.974	11.080
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	2.219	1.167
Cessões de Crédito a Liquidar <sup>(2)</sup>	4.595	14.741
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	-	1.043
Rendas Antecipadas	2.367	950
Outras	12.551	3.233
<b>Total</b>	<b>210.383</b>	<b>116.353</b>
<b>Circulante</b>	<b>210.383</b>	<b>116.353</b>

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (sem coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**18. Patrimônio Líquido**
**a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social de R\$2.103.450 (2013 - R\$2.080.301) de domiciliados no País, sendo que o aumento de capital no montante de R\$23.150 foi homologado em 13 de Fevereiro de 2015, está assim representado:

	31 de dezembro de		Total
	Ordinárias	Preferenciais	
De Domiciliados no País	2.027.363	76.088	2.103.451
<b>Total</b>	<b>2.027.363</b>	<b>76.088</b>	<b>2.103.451</b>

  

	31 de dezembro de		Total
	Ordinárias	Preferenciais	
De Domiciliados no País	2.004.212	76.089	2.080.301
<b>Total</b>	<b>2.004.212</b>	<b>76.089</b>	<b>2.080.301</b>

**b) Outros Resultados Abrangentes**

Refere-se ao valor do ajuste a valor justo relativo aos títulos públicos representados por NTN e LTN e títulos emitidos pelo governo - Outros Países no montante de (R\$8.193).

**c) JCP e Dividendos**

Em 31 de dezembro de 2014 conforme AGE, o Banco provisionou JCP dos acionistas, no montante de R\$39.000, o qual após retenção de imposto de renda na fonte, á alíquota de 15%, na forma da legislação em vigor, resulta no montante líquido de R\$33.150 (2013 - R\$26.000 - líquido de imposto R\$22.100). Sendo que deste valor, o montante líquido de R\$10.000 (2013 - R\$10.000) será pago ao acionista, e o montante líquido de R\$23.150 (2013 - R\$12.100 - homologado pelo Bacen) foi capitalizado na Companhia, cujo foi homologado pelo Bacen em 13 de fevereiro de 2015. O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente desses juros foi de R\$15.600 (2013 - R\$10.267).

**19. Limites Operacionais**

A partir de outubro de 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar seguindo as diretrizes de Basileia III. Segundo estas novas regras as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%. Este índice deve ser calculado de forma consolidada.

	31 de dezembro de	31 de dezembro de
	2014	2013
Patrimônio de Referência Nível I	2.037.134	2.035.360
<b>Patrimônio de Referência (Nível I e II)</b>	<b>2.037.134</b>	<b>2.035.360</b>
<b>RWA (Patrimônio de Referência Exigido) <sup>(1)</sup></b>	<b>4.410.010</b>	<b>2.731.813</b>
RWA <sub>CPAD</sub> (Parcela de Risco de Crédito)	3.433.237	1.994.580
RWA <sub>OPAD</sub> (Parcela de Risco Operacional)	649.852	569.428
RWA <sub>MPAD</sub> (Parcelas de Risco de Mercado)	326.921	167.805
RWAJUR1	23.258	875
RWAJUR2	117.044	12.621
RWACAM	95.197	-
RWACOM	2.872	1.522
RWAACS	88.550	152.787
<b>Índice de Basileia III e II</b>	<b>46,2</b>	<b>74,5</b>

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

O Banco, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico [www.bancooriginal.com.br](http://www.bancooriginal.com.br).

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**20. Partes Relacionadas**
**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**
**a.1) Remuneração dos Administradores**

Até a data de 31 de dezembro de 2014 a remuneração dos 20 membros da administração (2013 - 20 membros) totalizaram R\$ 48.282 (2013 - R\$ 35.267).

**a.2) Benefícios Pós-Emprego**

O Banco não possui programas de remuneração de pós-emprego para Diretoria ou Colaboradores.

**b) Participação Acionária**

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferências		31 de dezembro de 2014	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda (J&F) <sup>(1)</sup>	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
<b>Total</b>	<b>518.913.037</b>	<b>100%</b>	<b>18.913.036</b>	<b>100%</b>	<b>537.826.073</b>	<b>100%</b>

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferências		31 de dezembro de 2013	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda (J&F) <sup>(1)</sup>	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
<b>Total</b>	<b>518.913.037</b>	<b>100%</b>	<b>18.913.036</b>	<b>100%</b>	<b>537.826.073</b>	<b>100%</b>

**c) Transações com Partes Relacionadas**

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN n° 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2014	31/12/2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
<b>Aplicações no mercado aberto</b>	-	<b>51.788</b>	-	<b>7.741</b>
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	51.788	-	7.741
<b>Títulos Públicos</b>	<b>60.878</b>	<b>134.584</b>	<b>27.629</b>	<b>33.794</b>
JBS S.A. (JBS)	60.878	105.041	27.629	33.784
Vigor Alimentos S.A.	-	29.543	-	165
Fundo Matone V	-	-	-	(155)
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas</b>	<b>835</b>	<b>40.834</b>	-	-
Matone Promotora Ltda	-	39.999	-	-
J&F Participações Ltda	835	835	-	-
<b>Cessão de crédito sem retenção substancial de Risco (Nota 8.f.1)</b>	-	-	<b>2.408</b>	<b>1.028</b>
J&F Investimentos S.A.	-	-	2.408	1.028
<b>Depósito a Vista</b>	<b>(61)</b>	<b>(86)</b>	-	-
JBS S.A. (JBS)	(2)	(1)	-	-
J&F Participações Ltda	(18)	(78)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(2)	(7)	-	-
Promotora	(39)	-	-	-
<b>Depósito a Prazo</b>	<b>(15.278)</b>	<b>(6.916)</b>	<b>(537)</b>	<b>(173)</b>
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(10.398)	-	(398)	-
ZMF Fundo de Investimento e Participações	(951)	-	(51)	-
Matone Promotora Ltda	(3.929)	(6.916)	(88)	(173)
<b>Captação no Mercado Aberto</b>	<b>(93.959)</b>	-	<b>(8.020)</b>	-
Banco Original do Agronegócio S.A.	(93.959)	-	(8.020)	-
<b>Recursos de Emissão de Títulos</b>	<b>(2.771)</b>	-	<b>(48)</b>	-
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	(1.288)	-	(6)	-
Outros <sup>(1)</sup>	(1.483)	-	(42)	-
<b>JCP a Pagar</b>	<b>(39.000)</b>	<b>(26.000)</b>	<b>(39.000)</b>	<b>(26.000)</b>
J&F (Nota 19.c)	(39.000)	(26.000)	(39.000)	(26.000)
<b>Valores a Pagar de Sociedades Ligadas</b>	-	<b>(1.043)</b>	-	<b>178</b>
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	(894)	-	-
J&F	-	(149)	-	178
<b>Outras Obrigações - Diversas</b>	-	<b>(648)</b>	-	-
J&F	-	(648)	-	-

(1) Inclui Alta Administração e Pessoas Físicas Ligadas.

**d) Empréstimos e Recebíveis**

Na rubrica "Empréstimos e Recebíveis", está contabilizado o montante de R\$ 170.390, que refere-se a compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, da cadeia produtiva da J&amp;F (Partes Relacionadas).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**21. Receitas de Serviços e Comissões**

	<b>01/01 a 31/12/2014</b>	01/01 a 31/12/2013
Operações de Crédito	-	87
Cobrança e Arrecadações	1.178	936
Serviços de Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	1	1.734
Serviço Assessoria Financeira	6.349	-
Serviço de recebimento e envio de valores	10.018	-
Outras	1.836	71
<b>Total</b>	<b>19.382</b>	<b>2.828</b>

**22. Outras Receitas e Despesas**

	<b>01/01 a 31/12/2014</b>	01/01 a 31/12/2013
Atualização de Depósitos Judiciais	901	-
Atualização de Impostos a Compensar	214	294
Recuperação de Encargos e Despesas	820	4.085
Provisões/Reversão Operacionais:		
Trabalhistas e Cíveis	(3.330)	(761)
Outras	3.884	(960)
Lucro na Alienação de Valores e Bens	-	53
Ganho de Capital	-	437
Juros Recebidos	2.321	92
Variação Cambial	14.660	(10.652)
Resultado de operações de câmbio	9.158	-
Outras	(1.657)	2.036
<b>Total</b>	<b>26.971</b>	<b>(5.376)</b>

**23. Despesas Gerais e Administrativas**
**a) Despesa de Pessoal**

	<b>01/01 a 31/12/2014</b>	01/01 a 31/12/2013
Remuneração	(66.320)	(49.290)
Encargos	(20.151)	(15.634)
Benefícios	(6.686)	(6.061)
Participação no Lucro	(19.857)	(34.832)
Treinamento	(1.081)	(32)
<b>Total</b>	<b>(114.095)</b>	<b>(105.849)</b>

**b) Despesa Administrativa**

	<b>01/01 a 31/12/2014</b>	01/01 a 31/12/2013
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(16.750)	(25.626)
Depreciações e Amortizações	(1.693)	(1.813)
Propaganda e Publicidade <sup>(1)</sup>	(3.084)	(2.503)
Comunicações	(600)	(858)
Processamento de Dados	(9.226)	(4.285)
Aluguéis	(8.979)	(7.320)
Transportes e Viagens	(2.321)	(1.234)
Serviços de Vigilância e Segurança	(328)	(1)
Manutenção e Conservação de Bens	(1.220)	(353)
Serviços do Sistema Financeiro <sup>(2)</sup>	(4.571)	(9.120)
Água, Energia e Gás	(545)	(68)
Material	(289)	(114)
Outras	(5.672)	(5.477)
<b>Total</b>	<b>(55.278)</b>	<b>(58.772)</b>

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Refere-se principalmente a despesas com comissões e bônus a correspondentes bancários.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**24. Despesas Tributárias**

	<b>01/01 a 31/12/2014</b>	01/01 a 31/12/2013
Despesa com Cofins	(11.325)	(9.366)
Despesa com ISS	(970)	(388)
Despesa com PIS/Pasep	(1.840)	(1.543)
IOF	-	-
Outras	(2.053)	(584)
<b>Total</b>	<b>(16.188)</b>	<b>(11.881)</b>

**25. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os valores diferidos foram calculados sobre as perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados, de forma líquida, no Balanço Patrimonial na rubrica de "Ativos Fiscais" e conforme demonstrado na Nota Explicativa 8.

	<b>01/01 a 31/12/2014</b>	01/01 a 31/12/2013
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado</b>	<b>84.840</b>	<b>55.866</b>
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	178	-
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(437)	(80.992)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	9.466	(11.526)
<b>Base de cálculo - CSLL</b>	<b>84.581</b>	<b>(25.126)</b>
<b>Base de cálculo - IRPJ</b>	<b>94.484</b>	<b>44.340</b>
CSLL - 15%	(12.687)	3.769
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(22.577)	(11.086)
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(35.264)</b>	<b>(7.317)</b>
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-	(126)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(35.264)	(7.443)

**26. Estrutura de Gerenciamento de Riscos**

O Banco pauta sua atuação, no gerenciamento de riscos, nas orientações e princípios estabelecidos pelo Comitê de Basileia, que dissemina padrões mínimos a serem observados nos processos de gerenciamento de riscos e do estabelecimento das necessidades de capital das instituições financeiras.

O Banco adota um gerenciamento integrado de riscos, através da qual são avaliados, de forma consolidada, os impactos potenciais nas necessidades mínimas de capital e na capacidade financeira da instituição.

O Banco preza por uma estrutura organizacional e de processos que permitem um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades.

A governança corporativa do Banco conta com comitês e fóruns colegiados, especializados e com agenda periódica, para a gestão e supervisão das atividades que envolvem o gerenciamento de riscos. As decisões relevantes contam com formalização, para permitir seu monitoramento e a avaliação da efetividade de sua implementação.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de riscos e de capital bem como os limites de riscos são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O comitê de diretoria é a autoridade nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Banco.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizado. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

Os normativos internos para a gestão de riscos são divulgados para o quadro de colaboradores e publicados em ambiente eletrônico.

Seguem as definições para os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional:

**Risco de Mercado:** a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, inclusive as perdas decorrentes do tamanho da posição detida frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

**Risco de Crédito:** a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

**Risco de Liquidez:** a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

**Risco Operacional:** a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

 O documento que detalha as práticas de gerenciamento e de controle de riscos pode ser visualizado no site [www.bancooriginal.com.br](http://www.bancooriginal.com.br) na seção O Original/Demonstrações Financeiras/Relatório de Gestão de Riscos - Circular n° 3.477.

**a) Risco de Mercado**

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco tem como base a Resolução n° 3.464/2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Banco gerencia o risco de mercado da carteira de negociação ("trading") através de metodologias baseadas em potenciais de perda decorrentes de variações nos insumos de mercado que influem na carteira. Estas metodologias de mensuração e controle são: (a) o VaR ("Value at Risk") Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e horizonte de tempo ("holding period") variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; (b) os Testes de Estresse; (c) e o "Stop Loss".

Adicionalmente, também são monitoradas e controladas as sensibilidades às oscilações paralelas nos fatores de risco que compõem o portfólio.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O gerenciamento do risco de mercado das posições classificadas na carteira de não negociação ("banking") é realizado através da apuração do risco, monitoramento contínuo da exposição e reporte dos resultados. Seguindo as recomendações do Comitê de Basileia, quantifica-se a sensibilidade do portfólio às mudanças na Estrutura a Termo de Taxa de Juros. Este cálculo consiste em verificar choques das curvas de juros considerando variações nas taxas no intervalo de um ano ("holding period"), e uma janela móvel de observação de cinco anos. O resultado é o efeito do percentil de 1% e 99% no valor de mercado do portfólio, considerando os ativos e passivos. Os resultados são reportados tanto à Diretoria quanto ao órgão regulador, por meio da parcela RBAN.

As tabelas a seguir demonstram o histórico de risco de mercado para as carteiras "trading" e "banking".

Para a carteira "trading", o monitoramento é realizado pela medida de "VaR" enquanto que, para a carteira "banking" a métrica consiste na análise de sensibilidade da carteira ao deslocamento da Estrutura a Termo da Taxa de Juros:

Carteira "Trading"	31 de dezembro de 2014			"Value at Risk"
	Média	Fechamento	Fechamento	31 de dezembro de 2013
<b>Fator de Risco</b>				
Pré-Fixado	6.564	164	6	
Boi Gordo	2	1	2	
Moedas Estrangeiras	474	848	63	
Índice Bovespa	2	-	-	
Ações	14.452	14.210	23.292	
<b>Exposição com Correlação</b>	<b>27.817</b>	<b>15.030</b>	<b>23.358</b>	

Carteira "Banking"	31 de dezembro de 2014			Análise de Sensibilidade
	Média	Fechamento	Fechamento	31 de dezembro de 2013
<b>Fator de Risco</b>				
Risco de Taxa de Juros	29.233	18.160	32.685	

A composição do valor de marcação a mercado da carteira dos ativos e passivos sujeitos ao risco de taxa de juros pode ser observada abaixo:

	31 de dezembro de 2014			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
<b>Ativos Financeiros</b>				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	1	-	-	1
Empréstimos e Recebíveis	384.090	206.110	40.012	630.212
Outros	188.537	403.921	-	592.458
<b>Passivos Financeiros</b>				
Recursos de Instituições Financeiras	9.290	(45.471)	(105.190)	(141.371)
Recursos de Emissão de Títulos	(20.487)	(14.832)	(7.827)	(43.146)
Outros Passivos Financeiros	(27.275)	(30.595)	(2.447)	(60.317)
<b>Gap (ativos-passivos)</b>	<b>534.156</b>	<b>519.133</b>	<b>(75.452)</b>	<b>977.837</b>
Derivativos	710.918	(777.636)	(486.551)	(553.269)
<b>Total com Derivativos</b>	<b>1.245.074</b>	<b>(258.503)</b>	<b>(562.003)</b>	<b>424.568</b>

	31 de dezembro de 2013			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
<b>Ativos Financeiros</b>				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	1.066	-	-	1.066
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-	529.429	46.953	576.382
Empréstimos e Recebíveis	71.592	112.142	148.174	331.908
Outros	-	205	-	205
<b>Passivos Financeiros</b>				
Depósitos de Entidades Financeiras	-	-	-	-
Depósitos de Clientes	(6.102)	(1.381)	(195)	(7.678)
Empréstimos e Repasses	-	(1.042)	-	(1.042)
Passivos de Cessão de Créditos com Retenção de Riscos	-	-	-	-
<b>Gap (ativos-passivos)</b>	<b>66.556</b>	<b>639.353</b>	<b>194.932</b>	<b>900.841</b>
Derivativos	3.053	(528.644)	(69.578)	(595.169)
<b>Total com Derivativos</b>	<b>69.609</b>	<b>110.709</b>	<b>125.354</b>	<b>305.672</b>

O risco de variação cambial segregado nas diferentes moedas em que o portfólio do Banco está sujeito pode ser observado nas tabelas abaixo:

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<b>31 de dezembro de 2014</b>	
	<b>Dólar</b>	<b>Euro</b>
<b>Ativos Financeiros</b>		
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	23.794	73.097
Empréstimos e Recebíveis	820.622.642	-
<b>Passivos Financeiros</b>		
Empréstimos e Repasses	(66.308.116)	-
Outros Passivos	(488.265.689)	-
<b>Gap (ativos-passivos)</b>	<b>266.072.631</b>	<b>73.097</b>
Derivativos	(317.364.973)	(162.829)
<b>Total com Derivativos</b>	<b>(51.292.342)</b>	<b>(89.732)</b>

**b) Risco de Crédito**

O Banco, em linha com as melhores práticas de mercado e as recomendações do Regulador, optou pela constituição de uma equipe independente para exercer o controle do Risco de Crédito, resguardando-se de potenciais conflitos de interesse durante a execução destas atividades.

Dentre suas principais responsabilidades, o Risco de Crédito zela pela definição e responsabilização dos diversos agentes envolvidos no ciclo de crédito, a formalização dos procedimentos e alçadas, a avaliação e aprovação de práticas, metodologias e critérios de concessão que impliquem individualmente ou de forma conjunta na exposição ao risco de crédito por parte da Instituição.

Igualmente importante, são suas ações de monitoramento do portfólio de crédito, avaliando indicadores de inadimplência, concentração de risco, e estimativa de perda no cenário corrente e em estresse. Estas medidas possibilitam a averiguação da suficiência das provisões e reservas constituídas frente a exposição de risco da Instituição, suportando, conseqüentemente, os eventuais ajustes necessários.

Sob esta óptica, considera-se risco de crédito como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamentos das obrigações creditícias das contrapartes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura comercial ou inversões de cenários macroeconômicos.

No caso particular onde o cliente é a contraparte do Banco para uma operação de derivativos, contratos com exposição cambial ou indexados a abordagem utilizada é denominada Risco de Crédito Potencial (RCP), pois as perdas estão associadas às flutuações de mercado.

Dada as características de seu portfólio, o Banco opta pela análise individual do risco de crédito de suas contrapartes, tendo por informação os demonstrativos financeiros, as restrições cadastrais, a exposição de crédito por finalidade, aspectos da cadeia produtiva e cenários comerciais, avaliados contra os padrões de mercado, o apetite de risco da Instituição e a experiência progressiva dos executivos de crédito. Desta análise resulta a estimativa do risco de crédito associado à contraparte, medida que direcionará futuras concessões de crédito, nível mínimo de provisionamento, exigência de garantias adicionais e a negociação das condições comerciais dos contratos de empréstimo.

**b.1.) Exposição Máxima ao Risco de Crédito**

A tabelas abaixo demonstram os valores das exposições totais ao risco de crédito utilizado para a alocação de capital, independentemente da ponderação utilizada nas normas legais e mitigação de risco por garantias colaterais aos empréstimos, considerando inclusive as contrapartes centrais:

	<b>Exposição ao Risco de Crédito</b>	
	<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>31 de dezembro de 2013</b>
<b>Exposição Total</b>	4.205.746	2.172.337

**b.1.1.) Ativos Financeiros**

	<b>Exposição ao Risco de Crédito por ativo financeiro</b>	
	<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>31 de dezembro de 2013</b>
Aplicações no mercado aberto	205.649	547.777
Depósito Interfinanceiro	41.459	107.018
Títulos Públicos	1.216.204	681.278
Derivativos	45.804	1.193
Empréstimos e Recebíveis	2.409.937	766.751
Câmbio Exceto ACC	96.877	
Garantias Prestadas	189.816	68.320
<b>Total</b>	<b>4.205.746</b>	<b>2.172.337</b>

**b.1.2.) Análise do vencimento dos ativos**

	<b>Empréstimos e Adiantamentos Impaired e Não Impaired</b>	
	<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>31 de dezembro de 2013</b>
Créditos não Vencidos (sem <i>Impairment</i> )	2.302.334	714.219
Créditos Vencidos sem evento de Perda	74.453	23.351
Créditos Vencidos com evento de Perda	33.149	29.181
<b>Total de Empréstimos e Adiantamentos de Clientes</b>	<b>2.409.936</b>	<b>766.751</b>
<i>Impairment</i> (Perdas por Redução ao Valor Recuperável)	(36.681)	(41.128)
<b>Valor Líquido</b>	<b>2.373.255</b>	<b>725.623</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**b.1.3) Análise dos ativos financeiros que individualmente sofreram impairment**

A instituição entende que se existirem evidências objetivas de perda nas operações de crédito individualmente relevantes, o valor de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados ( excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontando a taxa de juros efetiva original da operação.

Dessa forma o valor da perda mensurado deve ser reconhecido no resultado e demonstrado na Demonstração de Resultado.

Para a análise individual foram considerados os clientes com saldo total ou igual ou superior a R\$ 3 MM e classificação interna de risco como C ( classificação interna de risco de acordo com os critérios da Resolução n° 2.682)

As operações individualmente imateriais e as operações de crédito relevantes que não foram provisionadas devem ser incluídas na análise coletiva. Para efetuar a análise coletiva, a entidade deve agrupar os ativos por características similares de risco de crédito, que são indicativas da habilidade dos devedores em pagar os montantes de acordo com os termos contratuais.

A carteira de consignado, em *run-off*, foi analisada de forma separada das demais carteiras.

Os contratos com atraso acima de 180 dias são transferidos para *write-off* por se tratar historicamente da expectativa de recebimento da carteira de crédito.

**b.2) Risco de Crédito Potencial**

Em particular, os derivativos tem pouca previsibilidade de ganhos e perdas associados às oscilações de mercado, motivo pelo qual a instituição utiliza um modelo de análise histórica sobre o ativo subjacente da operação em foco, dado um conjunto de prazos e um nível de confiança, a fim de estimar o risco potencial da operação. Esta medida é denominada Risco de Crédito Potencial (RCP), que é somada à posição de crédito do cliente para fins da apuração da exposição total ao risco de crédito da contraparte.

Abaixo são apresentadas as informações relativas ao valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito potencial e às garantias recebidas para mitigar este risco.

	Valor Nocional - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito Potencial	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
<b>BMF - Contratos com Câmara Central Atuando como Contraparte</b>	1.936.438	1.001.647
<b>CETIP - Contratos sem Câmara Atuando como Contraparte Central</b>	1.905.743	123.709
<b>SELIC - Contrato sem Câmara Atuando como Contraparte Central</b>	310.002	443.446
<b>Total</b>	<b>4.152.183</b>	<b>1.568.802</b>

Segue abaixo o valor bruto dos contratos (valores positivos da marcação a mercado) sujeitos ao risco de crédito da contraparte.

	Valor Positivo Bruto - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito Potencial	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
<b>CETIP - Contratos sem Câmara Atuando como Contraparte Central</b>		
Derivativos	45.804	1.196
<b>SELIC - Contrato sem Câmara Atuando como Contraparte Central</b>		
Aplicações no mercado aberto	933	115
<b>Total</b>	<b>46.737</b>	<b>1.311</b>

**b.3) Garantias**

A instituição utiliza-se de garantias reais e pessoais como mitigadores de risco em suas operações de crédito, derivativos e operações compromissadas. As operações de crédito são estruturadas e propostas com as garantias de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido. O processo de análise de crédito verifica as garantias frente o nível do risco da operação, e, por fim, delibera sobre a aprovação, suficiência ou reprovação das garantias apresentadas.

Seguindo linhas gerais, a distribuição geográfica das garantias reais segue aquela das operações de origem. Na maioria dos casos, o tipo de garantia solicitada dependerá da modalidade do empréstimo, qualidade creditícia, ramo de atividade e segmento econômico do proponente da operação de crédito. Assim, a diversificação de garantias recebidas acompanhará a distribuição da carteira de crédito, por modalidades e segmentos.

Segue abaixo a relação das principais garantias operadas pelo Banco:

- Aval dos sócios e cotistas;
- Penhor ou alienação fiduciária de bens móveis;
- Hipoteca ou alienação fiduciária de bens imóveis;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios e títulos de crédito; e
- Cessão fiduciária de depósitos e títulos.

O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, em regra se dá nos cartórios competentes.

A avaliação das garantias, em especial relativas à produção agropecuária, é feita com base no preço de mercado do produto na data da concessão e/ou no preço futuro previsto para o produto, considerando o cenário de venda forçada. Realizam-se periodicamente, em média a cada trimestre, ou de acordo com os fluxos de vencimento, histórico ou épocas de abate, colheita, etc., visitas de monitoramento para aferição da real existência das garantias, bem como sua qualidade e condições de manejo e estocagem.

Em dezembro de 2013, o Banco passa a considerar consistentemente as garantias associadas aos empréstimos em carteira, associando ao valor das garantias a probabilidade de arresto das mesmas, para fins de quantificar das potenciais perdas de crédito incorridas em seu portfólio. Esta medida passa a direcionar objetivamente as provisões de crédito constituídas e as ações de cobrança sobre as operações inadimplentes. A redução das perdas potências de crédito somaram aproximadamente R\$12.211 mil reais, no fechamento do exercício.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Mitigação de Risco por Garantias		
	Saldo 31 de dezembro de 2014	Valor Mitigado	Impacto PCLD
Agronegócio	444.435	431.162	(6.947)
Corporate	310.577	254.765	(5.264)
<b>Total Mitigado</b>	<b>310.577</b>	<b>685.927</b>	<b>(12.211)</b>

	Mitigação de Risco por Garantias		
	Saldo 31 de dezembro de 2013	Valor Mitigado	Impacto PCLD
Corporate	47.337	48.825	(237)
<b>Total Mitigado</b>	<b>47.337</b>	<b>48.825</b>	<b>(237)</b>

Tanto para gerenciamento interno como para a apuração do capital a ser alocado para cobertura das exposições relativas ao risco de crédito Circular nº 3.644/2013, a instituição utiliza, nas operações de venda com recompra, os recursos financeiros recebidos como mitigador de risco de crédito. Já nas operações de compra com revenda, os títulos públicos federais recebidos são utilizados como mitigadores de risco de crédito. Com estes procedimentos é possível mitigar quase a totalidade da exposição ao risco de crédito original da operação.

Segue abaixo tabela com as exposições mitigadas nas operações compromissadas para fins de alocação de capital referente à Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco:

	Valor Mitigado por Instrumento	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Compra com Revenda	205.285	547.777
Venda com Recompra	111.764	78.829
<b>Total</b>	<b>317.049</b>	<b>626.606</b>

#### b.4) Recuperação e Cobrança

A área de cobrança objetiva minimizar as perdas financeiras associadas ao atraso, parcial ou total, dos contratos de empréstimos. A recuperação de crédito segue as regras definidas na "régua de cobrança" estipulada para cada tipo de modalidade de crédito.

As ações de cobrança vão desde o contato com o cliente, negociação amigável, aviso aos garantidores e avalistas, negativação em órgãos que prestam serviço de informação de crédito (SPC, SERASA), chegando a tomada de ações jurídicas cabíveis para a recuperação da dívida.

#### b.5) Provisionamento de Crédito

O quadro abaixo traz o montante de provisões e carteira para empréstimos e recebíveis.

	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Individual	386.762	13.057	225.440	16.726
Massificado	2.023.175	23.624	541.311	24.402
<b>Total</b>	<b>2.409.937</b>	<b>36.681</b>	<b>766.751</b>	<b>41.128</b>

A análise dos dados de provisionamento indica uma redução percentual expressiva dos contratos que representam risco moderado de perda de crédito para a instituição, resultado das estratégias de pulverização do portfólio nos melhores clientes e em contratos com garantias reais associadas, reduzindo consistentemente os riscos de crédito das novas operações.

O total da carteira de empréstimos e recebíveis que apresentam indícios de perda é de R\$ 33.149 (2013-R\$29.181) e a provisão constituída foi de R\$ 36.681 (2013-R\$15.650).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**b.6) Ativos Financeiros por qualidade de crédito e vencimento**

2014				
Classificação Interna	Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no mercado			Derivativos Ativos
	aberto	Títulos Públicos		
Baixo	247.108	1.216.204		44.135
Médio	-	-		1.668
Alto	-	-		-
Impairment	-	-		-
<b>Total</b>	<b>247.108</b>	<b>1.216.204</b>		<b>45.803</b>
2013				
Classificação Interna	Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no mercado			Derivativos Ativos
	aberto	Títulos Públicos		
Baixo	654.795	681.278		-
Médio	-	-		1.193
Alto	-	-		-
Impairment	-	-		-
<b>Total</b>	<b>654.795</b>	<b>681.278</b>		<b>1.193</b>

**b.7) Operações de crédito por qualidade de crédito e vencimento**

2014				
Classificação Interna	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	1.929.314	66.416	-	1.995.730
Médio	366.710	5.189	-	371.899
Alto	6.310	2.848	-	9.158
Impairment	-	-	33.149	33.149
<b>Total</b>	<b>2.302.334</b>	<b>74.453</b>	<b>33.149</b>	<b>2.409.936</b>
	95,6%	3,1%	1,4%	100,0%
2013				
Classificação Interna	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	463.753	16.397	-	480.150
Médio	235.896	955	-	236.851
Alto	11.970	8.598	-	20.568
Impairment	-	-	29.182	29.182
<b>Total</b>	<b>711.619</b>	<b>25.950</b>	<b>29.182</b>	<b>766.751</b>
	92,8%	2,2%	5,0%	100,0%

**b.8) Operações de crédito por portfólio, classe e qualidade de crédito**

2014						
		Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total
Pessoa Física - CPF	Crédito Rural	106.648	42.536	327	635	150.146
Pessoa Física - CPF	Imobiliário	3.513	-	-	2.324	5.837
Pessoa Física - CPF	Cartão de Crédito	5	-	-	-	5
Pessoa Física - CPF	Consignado	14.269	690	6.251	3.212	24.422
Pessoa Física - CPF	Crédito Rural - Import	293.145	68.971	-	184	362.300
<b>Pessoa Física - CPF</b>	<b>Total</b>	<b>417.580</b>	<b>112.197</b>	<b>6.578</b>	<b>6.355</b>	<b>542.710</b>
<b>Grandes Empresas</b>		<b>421.526</b>	<b>79.378</b>	<b>-</b>	<b>16.800</b>	<b>517.704</b>
<b>Micros/ Pequenas e Médias Empresas</b>		<b>1.156.624</b>	<b>180.324</b>	<b>2.580</b>	<b>9.995</b>	<b>1.349.523</b>
<b>Total</b>		<b>1.995.730</b>	<b>371.899</b>	<b>9.158</b>	<b>33.150</b>	<b>2.409.937</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

		2013				
		Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total
Pessoa Física - CPF	Crédito Rural	2.002	32.572	-	-	34.574
Pessoa Física - CPF	Imobiliário	5.840	-	-	2.005	7.845
Pessoa Física - CPF	Cartão de Crédito	-	-	-	-	-
Pessoa Física - CPF	Consignado	34.074	477	12.117	14.648	61.316
Pessoa Física - CPF	Crédito Rural - Importa	329	-	-	710	1.039
<b>Pessoa Física - CPF</b>	<b>Total</b>	<b>42.245</b>	<b>33.049</b>	<b>12.117</b>	<b>17.363</b>	<b>104.774</b>
<b>Grandes Empresas</b>		<b>294.435</b>	<b>133.828</b>	-	-	<b>428.263</b>
<b>Micros/ Pequenas e Médias Empresas</b>		<b>143.470</b>	<b>69.378</b>	-	<b>20.866</b>	<b>233.714</b>
<b>Total</b>		<b>480.150</b>	<b>236.255</b>	<b>12.117</b>	<b>38.229</b>	<b>766.751</b>

**b.9) Operações de crédito por tipo de análise, porte e qualidade**
**b.9.1) Não vencidos**

		2014			
<u>Operações Avaliadas Individualmente</u>		Baixo	Médio	Alto	Total
Grandes Empresas		-	79.360	-	79.360
Micros/Pequenas e Médias Empresas		-	173.394	-	173.394
Pessoa Física		-	-	-	-
<b>Total</b>		-	<b>252.754</b>	-	<b>252.754</b>

Operações Avaliadas Coletivamente

Grandes Empresas		400.560	18	-	400.578
Micros/Pequenas e Médias Empresas		1.114.155	5.758	-	1.119.913
Pessoa Física		414.598	108.180	6.311	529.089
Crédito Rural		105.611	42.536	327	148.474
Imobiliário		2.298	-	-	2.298
Cartão de Crédito		4	-	-	4
Consignado		13.668	174	5.984	19.826
Crédito Rural- Importação e Exportação		292.998	65.470	-	358.468
<b>Total</b>		<b>1.929.313</b>	<b>366.710</b>	<b>6.311</b>	<b>2.302.334</b>

		2013			
<u>Operações Avaliadas Individualmente</u>		Baixo	Médio	Alto	Total
Grandes Empresas		-	132.826	-	132.826
Micros/Pequenas e Médias Empresas		-	69.176	-	69.176
Pessoa Física		-	-	-	-
<b>Total</b>		-	<b>202.002</b>	-	<b>202.002</b>

Operações Avaliadas Coletivamente

Grandes Empresas		294.435	1.002	-	295.437
Micros/Pequenas e Médias Empresas		131.642	202	-	131.844
Pessoa Física		37.676	32.690	11.970	82.336
Crédito Rural		2.002	32.571	-	34.573
Imobiliário		3.920	-	-	3.920
Cartão de Crédito		-	-	-	-
Consignado		31.601	119	11.970	43.690
Crédito Rural- Importação e Exportação		153	-	-	153
<b>Total</b>		<b>463.753</b>	<b>235.896</b>	<b>11.970</b>	<b>711.619</b>

**b.9.2) Vencidos**

		2014		
		Atraso > 1 dia	Atraso > 30 dias	Total
Pessoa Física				
Crédito Rural		1.038	-	1.038
Imobiliário		40	1.176	1.216
Cartão de Crédito		1	-	1
Consignado		723	641	1.364
Crédito Rural - Importação Exportação		3.627	20	3.647
<b>Total</b>		<b>5.429</b>	<b>1.837</b>	<b>7.266</b>
<b>Grandes Empresas</b>		<b>20.966</b>	-	<b>20.966</b>
<b>Micro/ Pequenas e Médias Empresas</b>		<b>45.860</b>	<b>363</b>	<b>46.222</b>
<b>Total</b>		<b>72.255</b>	<b>2.200</b>	<b>74.454</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	2013		
	Atraso > 1 dia	Atraso > 30 dias	Total
<b>Pessoa Física</b>			
Crédito Rural	-	-	-
Imobiliário	893	1.332	2.225
Cartão de Crédito	-	-	-
Consignado	2.599	718	3.317
Crédito Rural - Importação Exportação	176	65	241
<b>Total</b>	<b>3.668</b>	<b>2.115</b>	<b>5.783</b>
<b>Grandes Empresas</b>	-	-	-
<b>Micro/ Pequenas e Médias Empresas</b>	<b>11.827</b>	<b>8.339</b>	<b>20.166</b>
<b>Total</b>	<b>15.495</b>	<b>10.454</b>	<b>25.949</b>

**c) Riscos de Liquidez**

Risco de Liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, assim como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Banco tem como base a Resolução nº 4.090/2012 do CMN.

Desta forma, o gerenciamento do risco de liquidez é parte integrante da gestão da Instituição e do processo de decisão das áreas de gestão e consiste na execução de atividades como, monitoramento e controle das métricas de risco de liquidez, bem como de seus respectivos limites operacionais. Tais métricas definem o caixa mínimo necessário para que a instituição tenha solvência para exercer suas funções sem afetar sua capacidade de honrar com suas obrigações.

Adicionalmente, são realizados testes de aderência dos modelos utilizados nas projeções de fluxo de caixa e reavaliação das métricas, limites operacionais e caixa mínimo.

A apuração do fluxo de caixa é realizada diariamente considerando diferentes tipos de moedas, prazos e valores contratados das operações. Visando uma melhor aderência com o fluxo real, incorpora-se ao fluxo de caixa contratual a ocorrência de eventos esperados que impactem na liquidez da instituição, como probabilidade de inadimplência, renovação de operações, resgate antecipado, etc.

As tabelas abaixo demonstram a expectativa do valor dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros dos seguintes produtos: CDB, CDI, LCA, DPGE, Depósito à Vista e "funding" direcionado. Nesta análise foram considerados os fluxos não descontados e, portanto, os valores podem diferir do apresentado na posição da demonstração financeira.

Também são apresentados os passivos financeiros derivativos, em particular, das operações no mercado de Balcão. Os produtos sujeitos à análise foram o "Swap" e o NDF. O valor em questão representa a marcação a mercado deste conjunto de operações.

	31 de dezembro de 2014			Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
<b>Passivos Financeiros</b>				
Passivos Totais	584.851	1.305.988	301.048	2.191.887
Derivativos	11.422	7.648	-	19.070
				31 de dezembro de 2013
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
<b>Passivos Financeiros</b>				
Passivos Totais	110.066	71.224	197.876	379.166
Derivativos	696	85	-	781

Ao longo de 2014, o Banco manteve índices adequados de liquidez. Os ativos líquidos da instituição foram capazes de cobrir em quase três vezes a soma total de todos os depósitos. Cabe ressaltar que, destes depósitos, os passíveis de alta volatilidade são compostos somente por depósitos à vista, e estes correspondem a menos de 1 % dos depósitos da Instituição.

31 de dezembro de 2014	
Indicadores	
Ativos Líquidos/Depósitos Totais	0,37
Depósito à Vista/Depósitos Totais	1,56%
31 de dezembro de 2013	
Indicadores	
Ativos Líquidos/Depósitos Totais	2,88
Depósito à Vista/Depósitos Totais	0,96%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**d) Risco Operacional**

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

**d.1) Gestão de Capital**

Gestão de Capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição com a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, visando o planejamento de metas e de necessidade de capital, de acordo com os objetivos estratégicos da instituição (Resolução nº 3.988/2011).

A Diretoria de Riscos monitora e controla a necessidade de capital para fazer frente aos riscos da instituição, reportando os resultados para os órgãos reguladores, as áreas envolvidas no processo e aos comitês gestores.

Os procedimentos relacionados ao gerenciamento de capital têm como objetivo a identificação e avaliação da relação entre o capital exigido e capital disponível. Neste contexto, os processos executados pela Diretoria de Riscos têm como foco: a) evolução e projeção dos principais riscos que a instituição incorre; b) projeção das carteiras de ativos e passivos e dos resultados; c) levantamento das fontes de capital; d) projeção do capital e das necessidades de capital para fazer frente aos riscos; e) apuração e análise da suficiência de capital, de acordo com as metas definidas; e f) aplicação de testes de estresse e reporte dos resultados e controles de limites.

Atualmente, o Patrimônio de Referência (PR) da instituição é composto somente pelo PR Nível I, constituído pelos seguintes instrumentos:

- Ações ordinárias no país;
- Ações preferências não cumulativas e não resgatáveis no país;
- Reserva de lucros;
- Lucros/prejuízos acumulados; e
- Ajustes Prudenciais.

Assim, a instituição não possui instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD), dívidas subordinadas e ações elegíveis a compor o PR Nível II. Na apuração do Patrimônio de Referência (PR) não há nenhum instrumento com prazo de vencimento.

No ano de 2013 o Bacen publicou a Resolução nº 4.193/2013 versando sobre as novas regras de cálculo de capital regulatório, implantando o conceito de Ativo Ponderado pelo Risco ("RWA", sigla em inglês). Estas regras substituíram as definições da Resolução nº 3.490/2007 onde o conceito de capital se baseava nas parcelas de risco e no Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

**27. Resultado por Ação**

	<b>01/01 a</b>	01/01 a
	<b>31/12/2014</b>	31/12/2013
<b>Lucro Atribuível ao Controlador</b>	<b>88.576</b>	<b>27.667</b>
Quantidade Média de Ações em Circulação		
Média Ponderada do Número de Ações Ordinárias	518.913	518.913
Média Ponderada do Número de Ações Preferenciais	18.913	18.913
<b>Total</b>	<b>537.826</b>	<b>537.826</b>
Lucro Atribuível ao Controlador para Ações Ordinárias	85.458	26.694
Lucro Atribuível ao Controlador para Ações Preferenciais	3.118	973
<b>Lucro por Ação Básico e Diluído - Reais</b>		
Ações Ordinárias	0,16469	0,05144
Ações Preferenciais	0,16469	0,05144

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**28. Reconciliação**
**a. Conciliação do Patrimônio Líquido e Lucro Líquido em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**

	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
<b>Saldos/Lucro Divulgados em BRGAAP</b>	<b>69.061</b>	<b>1.977.385</b>	<b>47.499</b>	<b>1.932.871</b>
<b>Ajustes que Afetam o Patrimônio Líquido e o Lucro Líquido</b>	<b>19.508</b>	<b>189</b>	<b>(19.832)</b>	<b>13.987</b>
Mensuração ao Valor Justo de Ações (a)	8.317	-	(8.317)	-
Perda por Redução do Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis (b)	388	344	1.236	(44)
Variação Cambial Outros Ativos (c)	25.974	-	(25.974)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes	(15.171)	(155)	13.223	14.031
<b>Saldos/Lucro Líquido em IFRS</b>	<b>88.569</b>	<b>1.977.574</b>	<b>27.667</b>	<b>1.946.858</b>

**(a) Mudança de Classificação de Instrumentos Financeiros - Disponíveis para Venda para Disponível para Negociação**

O Banco efetuou a reclassificação de Instrumentos Financeiros Disponíveis para venda para Disponível para negociação na data de transição. Em 2014 todas as ações estavam marcadas como Disponíveis para negociação com efeito da marcação a mercado no resultado, dessa forma foi efetuado a reversão dos ajustes anteriormente reconhecidos no resultado.

**(b) Perda por Redução no Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis**

O Banco adota como política contábil as normas brasileiras para perda por redução no valor recuperável de empréstimos e recebíveis, a análise das operações efetuadas pela Administração, a mensuração da redução no valor recuperável, caso a caso, e também a conjuntura econômica, histórico de perda e os riscos e benefícios globais das carteiras, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/2000 do Bacen. As classificações de risco de clientes ("ratings") são atribuídas por modelo de "credit score", sem a ocorrência de melhorias na classificação por parte do comitê de crédito.

De acordo com o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a perda do valor recuperável de um ativo financeiro deve ser reconhecida quando o valor contábil é maior que seu valor estimado de recuperação.

Para mensurar o montante de redução ao valor recuperável de acordo com o IAS 39 o Banco utilizou as seguintes premissas:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros – Com 90 dias de atraso entram as operações de consignado e o "rating" "C" para as operações de empréstimos e financeiros não consignados;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor; e
- Início de processo de recuperação judicial.

Baseado nessas premissas o Banco efetuou uma redução no valor provisionado no passivo e em lucros e prejuízos acumulados no montante de R\$36.681 e R\$388, respectivamente.

**(c) Variação Cambial Outros Ativos**

A variação cambial em investimentos no exterior foi reclassificada de resultado do exercício para outros resultados abrangentes em 2013. Devido alienação desse investimento foi feita a reversão desse ajuste com impacto no resultado no montante de R\$ 25.974.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

---

## **29. Reestruturação Societária**

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades da entidade de acordo com o plano de negócios.

### **b. Aquisições**

No exercício de 2014 o Banco Original fez a aquisição de 99% da Original Asset Management Ltda representando 3.500.000 ações ordinárias e 99,9% da Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. representando 1.000.000 ações ordinárias.

### **b. Venda da Promotora**

Em 27 de dezembro de 2013, o Banco celebrou a venda da Promotora, devido a descontinuidade de negócio. O referido fechamento da operação compreendeu na transferência efetiva, de 101.740.033 quotas nominativas, totalmente integralizadas, com valor unitário de R\$1,11 centavos, representando 99,998525% de participação. Os ativos e passivos da Promotora totalizavam R\$146.673 e R\$50.729, respectivamente.

O preço certo e ajustado a quotas, para fins de celebração do contrato definitivo de compra e venda da Sociedade, foi de R\$95.944. O pagamento do preço, se dará por um valor inicial de R\$25.000 (recebido em 30 de dezembro de 2013), e a diferença entre o preço de compra e a parcela já recebida, deverá ser paga no primeiro semestre de 2014, devidamente corrigida monetariamente pela taxa média diária do CDI, desde 31 de dezembro de 2013 até o efetivo pagamento.

Não houve ganho reconhecido nesta operação, o valor à receber se encontra registrado na rubrica "Outros Ativos".

\*\*\*\*

**Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria**

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A. tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das suas demonstrações financeiras.

No segundo semestre de 2014, o Banco Original promoveu a alteração de composição do Comitê de Auditoria. Não obstante a permissão para instituições financeiras de capital fechado, constante do art. 11, § 1º, inciso I, e do art. 13, inciso II, "a", da Resolução 3198/04, de participação de diretores no Comitê de Auditoria, o Banco optou pela migração para um órgão composto exclusivamente por membros externos, reforçando a independência do Comitê e a ausência de conflito de interesses de seus membros, o que se alinha às melhores práticas de Governança Corporativa.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos, da auditoria interna e da auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco Original S.A., de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Banco Original S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco Original em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações nos processos que audita.

A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se com a empresa de auditoria independente e com os responsáveis pela auditoria interna, bem como com gestores de riscos e responsável pela Ouvidoria, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, analisar as demonstrações financeiras de 31.12.2014.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos de auditoria interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Banco.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco Original S.A. a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2014.

São Paulo, 25 de março de 2015.

**Comitê de Auditoria**

Marcelo Habice da Motta  
Márcio Antônio Teixeira Linares  
Miguel Burgos Neto